



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PGEA nº 1.11.000.000204/2026-59

Compra nº 90001/2026 (www.gov.br/compras/pt-br)

Exclusiva para ME's e EPP's

Torna-se público que a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS**, por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais legislações aplicáveis.

Data da Sessão: **08.07.2026**.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 8:00h às 14:00h (a convocação para a apresentação das propostas ajustadas ao valor final, após a fase de lances, ocorrerá, no dia **08.07.2026**, às **14:00h**, horário de Brasília, observando o prazo constante no item 6.4).

Critério de Julgamento: menor preço.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Link para cadastramento da proposta e para a sessão:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>



I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma vertical instalada na Procuradoria da República em Alagoas, com mão de obra, ferramentas e equipamentos incluídos no valor dos serviços, e fornecimento de materiais (peças e componentes) mediante ressarcimento, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. O endereço do imóvel onde será prestado o serviço e/ou entregue o objeto encontram-se no Termo de Referência e/ou no contrato, caso seja celebrado para a presente contratação, assim como as especificações, quantitativos e demais regras contratuais.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SIASG/Compras.gov e as especificações e descrições constantes no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

1.4. Os valores estimados para o objeto, considerados **PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS** para a contratação do objeto e para a aceitação da proposta são os constantes da **Seção 4 do ANEXO I (Termo de Referência)**, devendo o fornecedor vencedor apresentar sua proposta atualizada ajustando seus preços aos valores máximos unitários e totais aceitáveis, sob pena de desclassificação, caso não adeque sua proposta.

II - DO REGISTRO NO CADIN IMPEDITIVO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

2.1. ATENÇÃO: Por força dos artigos 6º e 6º-A (incluído pela Lei nº 14.973, de 2024) da Lei nº 10.522/2022, que dispõe sobre o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e dá outras providências, é obrigatória a consulta prévia ao CADIN, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para celebração da CONTRATAÇÃO. **A existência de registro no CADIN em nome da adjudicatária da dispensa de licitação constituirá fato IMPEDITIVO à celebração de ACORDOS, AJUSTES OU CONTRATOS que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos com esta Procuradoria da República em Alagoas.**

III - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa é restrita às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados em lei, em cumprimento ao art. 48, inciso I, c/c o art. 49, inciso IV da Lei Complementar no 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

3.2. A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.2.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.2.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor; e

3.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

IV - INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. A contratação ocorrerá por grupo. Havendo mais de um grupo faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

4.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (declaração somente se o interessado for cooperativa).

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

4.11.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

4.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

4.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

V - FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do grupo.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto (se for o caso) em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.3.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

VI - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

6.2. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3.3. Sempre que convocado, o licitante detentor da proposta vencedora terá o prazo de máximo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação no sistema, para responder à convocação de negociação, se for o caso, observados os itens 6.3.1 e 6.3.2.

6.3.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares.

6.4.1. A PROPOSTA DE PREÇOS (READEQUADA) deverá ser encaminhada em ATÉ 1 (UMA) HORA, a contar da solicitação no sistema, juntamente com os seguintes documentos:

6.4.1.1. DECLARAÇÃO de Regularidade – Resolução CNMP nº 37/2009 (art. 3º e 4º); (conforme Anexo III modelo de proposta);

6.4.1.2. DECLARAÇÃO de Sustentabilidade Ambiental (conforme Anexo III modelo de proposta);

6.4.1.3. DECLARAÇÃO de Comprovação de Regularidade Social (conforme Anexo III modelo de proposta);

6.4.1.4. DECLARAÇÃO de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços (ou declaração de Vistoria), conforme Anexo III - modelo de proposta; e,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

6.4.1.5. DECLARAÇÃO da Conformidade da Receita Bruta Anual (conforme Anexo III modelo de proposta).

6.4.2. OS SUBITENS 6.4.1.1 a 6.4.1.5 SÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

6.5. As propostas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo considerada a data de realização da sessão estabelecida no preâmbulo deste Aviso, o qual, se maior, deverá vir explicitado na proposta. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado como aceito pelo fornecedor para efeito de julgamento.

6.6. Será desclassificada a proposta que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou **permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação**;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

VII - HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos solicitados do fornecedor mais bem classificado, após a etapa de lances, a serem exigidos para fins de habilitação são os seguintes:

7.1.1. Documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, constantes no nível II do SICAF (verificação realizada pelo agente da administração responsável por operar a dispensa eletrônicas);

7.1.2. Documentos referentes à HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, constante no nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal e no nível IV - Regularidade Fiscal e Trabalhista Estadual/Distrital e Municipal do SICAF (verificação realizada pelo agente da administração responsável por operar a dispensa eletrônicas);

7.1.3. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do fornecedor, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, adotando-se como referência a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped (último dia útil do mês de junho/2025, por força da IN RFB nº 2.142/2023 – Acórdãos TCU nº 2.669/2013 e nº 2.293/2018, ambos do Plenário), já exigíveis e apresentados na forma da lei, **devidamente REGISTRADO ou o LIVRO DIÁRIO devidamente AUTENTICADO na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, caso o registro do mesmo esteja vencido no SICAF;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

7.1.3.2.1. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, nas formalidades constante no item 7.1.3.2.;

7.1.3.2.2. As empresas obrigadas a utilizar a Escrituração Contábil Digital – ECD, comprovarão a autenticação do balanço por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do § 1º, do art. 78 – A, do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966;

7.1.3.2.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, mediante comprovação apresentação pela empresa:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG) =	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG) =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC) =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

7.1.3.2.4. As empresas que não comprovarem resultado superior a 1 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta aceita do licitante, nos termos da Seção 6 deste Edital.

7.1.3.2.5. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, os licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento.

7.1.3.2.6. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador do licitante.

7.1.3.2.7. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar ou solicitar os cálculos na sessão pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

7.1.4. Documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

7.1.4.1. DA PESSOA JURÍDICA:

a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. O documento deve estar no prazo de validade e comprovar habilitação da licitante para executar os serviços;

b) Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA ou CAU; **ou alternativamente à CAO, poderá apresentar:** c) Atestado de Capacidade Operacional, expedido por órgão público ou empresa privada, comprovando que a licitante: prestou ou presta serviços de manutenção em plataformas verticais.

d) Atestado de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) emitido pelo CREA ou CAU em nome do profissional (nível superior) responsável pelo contrato, no qual conste que executou serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataformas verticais.

e) Comprovação de que os profissionais detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica pertencem ao rol de responsáveis técnicos da empresa. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional. (Acórdão TCU nº 1.450/2022 – Plenário)

f) Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo no caso de tributos e contribuições das filiais, quando a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede. Os documentos comprovando tal centralização, deverão ser fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação.

7.1.4.2. DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

a) Identificação com o nome completo, formação acadêmica de nível superior e qualificação do profissional que irá acompanhar a execução do contrato, devidamente registrados no CREA ou no CAU.

7.1.4.2.1. O profissional ou profissionais acima indicados serão os responsáveis técnicos pela execução e acompanhamento dos serviços. A CONTRATADA poderá substituir formalmente os profissionais responsáveis pelo contrato, desde que seja por outros com experiência equivalente ou superior, após aprovação expressa do CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

7.1.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.1.4.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.1.5. Caso a licitante vencedora seja de outra Unidade da Federação, deverá apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, certidão, declaração ou qualquer outro documento equivalente (“visto”), no qual conste que o CREA/AL ou o CAU/AL está ciente de que a CONTRATADA irá desenvolver suas atividades também no Estado de Alagoas.

7.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2. A verificação dos documentos de habilitação será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

d) Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.3.1. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

7.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, **no prazo de máximo de 1 (uma hora), a contar da convocação no sistema**, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

7.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

7.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

7.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

7.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Nota explicativa: A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

7.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

VIII - CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (nota de empenho/carta contrato/autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8.6. As regras disciplinadoras do contrato encontram-se no ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO.

IX - SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, o licitante e o contratado que, de forma dolosa ou culposa, praticar as condutas arroladas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a prática das infrações acima descritas poderá dar ensejo às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando praticada a conduta de dar causa à inexecução parcial injustificada do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.2.2.1. A dosimetria do prazo de impedimento de licitar e contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.2.3.1. A dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

9.2.4. Multa Sancionatória: quando praticadas quaisquer das condutas descritas nos subitens 9.1.1 a 9.1.12.

9.2.4.1. A multa sancionatória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

9.2.4.2. Nas infrações previstas nos subitens 9.1.4 a 9.1.6 e 9.1.8 a 9.1.12, a multa sancionatória, cuja base de cálculo será o valor do contrato ou o orçamento estimado da licitação, conforme o caso, será aplicada no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento);

9.2.4.2.1. Os limites mínimos e máximos acima previstos poderão ser ultrapassados em face da aplicação de outras sanções contratuais.

9.2.4.3. Nas infrações previstas nos subitens 9.1.1 e 9.1.7, a multa sancionatória será calculada no percentual de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato;

9.2.4.4. Nas infrações previstas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3, a multa sancionatória será calculada no percentual de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

9.3. Conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o Contratado também estará sujeito à Multa Moratória pelo atraso injustificado na execução contratual e corresponderá ao percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

9.3.1. No caso de não disponibilizar estabelecimento credenciado nas quantidades e distâncias previstas no Termo de Referência o valor da multa será de 5% (cinco



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

por cento) do valor mensal total gasto no mês anterior à ocorrência. Em caso de reincidência, a cada mês, será acrescido 5% (cinco por cento) até o limite de 20% (vinte por cento).

9.3.2. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

9.3.3. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

9.3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

9.3.5. No caso do subitem 9.3.4, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

9.3.6. O descumprimento das obrigações contratuais apenas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.7.

9.4. Considera-se atraso a entrega dos serviços em data posterior à prevista no contrato ou indicada na respectiva Ordem de Serviço ou cronograma físico-financeiro.

9.5. A apuração das infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos e a aplicação da respectiva penalidade deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999, bem como na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

9.5.1. Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei, de forma proporcional e sem excesso, observados:

9.5.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.5.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.5.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5.2. No caso de concurso de infrações aplicam-se as sanções de forma cumulada, sendo vedado o uso de institutos penais de concurso de crimes e continuação delitiva.

9.5.2.1. É vedada a remissão a agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição da pena criminal na dosimetria administrativa da sanção.

9.5.2.2. A vedação de aplicação dos institutos penais não impede que a autoridade fundamente a dosimetria em critérios iguais ou semelhantes a agravantes ou atenuantes penais, quando cabíveis ao caso concreto.

9.5.3. A imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, antes da prática da conduta, deverá ser considerado reincidência, aplicável na segunda fase.

9.5.3.1. Considera-se antecedente a sanção imposta por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, que não configure reincidência.

9.5.3.2. Punições extintas há mais de 5 (cinco) anos da prática do ato sob julgamento não poderão ser consideradas agravantes.

9.5.3.3. A reincidência específica é agravante com maior peso do que a reincidência genérica.

9.5.3.4. No caso de culpa, seja na sanção antecedente ou no caso em julgamento, a imposição de penalidade anterior poderá agravar a pena.

9.5.4. A dosimetria da sanção será feita em três fases, de forma devidamente motivada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

9.5.5. Na primeira fase de dosimetria, serão considerados a natureza e gravidade da infração e a culpabilidade do infrator.

9.5.5.1. A natureza e gravidade da infração têm relação direta com a conduta ilícita praticada, considerando a graduação progressiva de lesividade aquela utilizada pela Lei nº 14.133/2021, tendo no grau mínimo a infração do art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021, e no grau máximo a prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

9.5.5.2. A culpabilidade é avaliada considerando os seguintes aspectos:

- a) se conduta foi dolosa, culposa ou decorrente de erro inescusável;
- b) as condições que o infrator tinha de conhecer o ilícito; e
- c) as condições que o infrator tinha de comportar-se conforme a lei.

9.5.5.3. Quanto maior a capacidade econômica do infrator, maior a capacidade de agir conforme a lei, salvo prova em contrário do caso concreto.

9.5.5.4. Quanto maior o número de contratos celebrados com a Administração Pública de quaisquer entes federados, maior as condições do infrator de conhecer o ilícito e evitar erros, salvo prova em contrário.

9.5.5.5. Os critérios da primeira fase devem resultar em uma sanção preliminar entre os seguintes parâmetros:

- a) no caso de multa, entre 3% (três por cento) e 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou do orçamento estimado;
- b) no caso de impedimento de licitar e contratar, entre 3 (três) e 18 (dezoito) meses; e
- c) no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, entre 42 (quarenta e dois) e 60 (sessenta) meses.

9.5.5.6. No caso de multa com previsão de limites próprios no contrato, eles devem ser observados para a fixação da pena preliminar, mantendo a proporção do subitem 9.5.5.5, “a”.

9.5.6. Na segunda fase serão considerados:

- a) peculiaridades do caso concreto;
- b) circunstâncias agravantes;
- c) circunstâncias atenuantes; e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

d) danos causados ao CONTRATANTE.

9.5.6.1. Na segunda fase, haverá acréscimos ou decréscimos, em termos fracionários, sobre a sanção preliminar da primeira fase.

9.5.6.2. Nenhuma circunstância pode ser avaliada em duplicidade, em mais de uma fase ou na mesma fase.

9.5.7. As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

a) causam atrasos, interrupções ou prejuízos à prestação do serviço de algum setor ou unidade do CONTRATANTE;

b) redundam na refazimento ou atraso do processo licitatório;

c) provocam riscos à saúde e à vida das pessoas que trabalham nas dependências do CONTRATANTE;

d) coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do CONTRATANTE;

e) restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

f) o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

g) restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e

h) a CONTRATADA não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.causam atrasos, interrupções ou prejuízos à eficiente prestação do serviço de algum setor ou unidade da PR/AL;

9.5.8. São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

a) a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;

b) o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;

c) a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

- d) a busca por reparar os danos de forma espontânea;
- e) a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;
- f) a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuam seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;
- g) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e
- h) a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

9.5.9. A autoridade competente deverá considerar a relevância de cada circunstância dentro do contexto da licitação ou do contrato, para graduar o quanto deve ser acrescida ou reduzida a sanção estabelecida na primeira fase.

9.5.9.1. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas na licitação ou no contrato podem determinar percentuais específicos de acréscimo ou decréscimo sobre a sanção estabelecida na primeira fase.

9.5.9.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente na Portaria PGR/MPU nº 178/2023 não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

9.5.10. A terceira fase de aplicação da pena visa fazer a adequação da sanção, estabelecida segundo o procedimento das duas fases anteriores, aos limites estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.10.1. Na terceira fase a sanção pode ser adequada à proporcionalidade, com acréscimo ou decréscimo, considerando o impacto de outras sanções aplicadas conjuntamente.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.7. As notificações poderão realizadas por meio eletrônico, com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as especificações e descrições constantes deste Aviso de Dispensa Eletrônica, prevalecerão as desse Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

10.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.14. Eventuais esclarecimentos podem ser solicitados pelo e-mail: pral-cpl@mpf.mp.br

10.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

10.15.1.1. ANEXO do TR – Tabela de Atividades da Manutenção Preventiva (Plano de Manutenção da Fabricante Thyssenkrupp).

10.15.2. ANEXO II – Declaração de Vistoria;

10.15.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, inclusas as declarações:

10.15.3.1. Declaração de Regularidade – Resolução CNMP nº 37/2009 (art. 3º e 4º);

10.15.3.2. Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

10.15.3.3. Declaração de Comprovação de Regularidade Social;

10.15.3.4. Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços;

10.15.3.5. Declaração de que não ultrapassa receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP.

10.15.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato.

ATENÇÃO:

a) verificar os documentos exigidos para HABILITAÇÃO na Seção VII deste aviso.

(dia) de (mês) de 2026
Maceió, na data de assinatura do documento eletrônico.

LEOPOLDO BARRETO CAVALCANTI
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

nº 001/2026 – PR/AL

1 - OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma vertical instalada na Procuradoria da República em Alagoas, com mão de obra, ferramentas e equipamentos incluídos no valor dos serviços, e fornecimento de materiais (peças e componentes) mediante ressarcimento.

2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de serviço especializado se faz necessária para manter a plataforma vertical em perfeito estado de conservação e funcionamento, com vistas ao bem-estar e segurança dos usuários, conforme Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Também se justifica em razão da inexistência, nos quadros do Ministério Público Federal em Alagoas, de profissionais qualificados para realizar a manutenção da plataforma vertical.

2.3. O caráter contínuo do contrato se justifica pelo fato de eventual interrupção dos serviços implicar em risco à segurança dos usuários, sendo, portanto, necessária a manutenção permanente dos equipamentos por mais de um exercício financeiro, nos termos da lei.

2.4. No Ministério Público Federal, tais serviços estão classificados como contínuos, conforme estabelecido no inciso XXII do art. 1º da [Instrução Normativa MPF nº 1](#), de 8 de fevereiro de 2018. Essa classificação decorre da necessidade constante de preservar o estado adequado das edificações, sistemas e equipamentos, visando garantir a segurança e saúde no local de trabalho, além de assegurar a continuidade das atividades institucionais.

2.5. Quanto à viabilidade legal da contratação, verifica-se que se trata de “serviços comuns de engenharia”, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021. Podem ser objetivamente especificados de acordo com as atividades usuais no mercado.

2.6. A contratação também atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois os serviços mencionados não estão impedidos de serem executados de forma indireta pela administração pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

3 - DA ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

3.1. A plataforma vertical instalada na PR/AL possui as seguintes especificações:

- Fabricante: Thyssenkrupp
- Modelo Easy Vertical VEH35
- Capacidade: 250 Kg
- Acionamento: Oleodinâmico (hidráulico)
- Nº de paradas: 02 paradas

4 - DOS PREÇOS MÁXIMOS

4.1. O valor total anual dos serviços e materiais não poderá ser superior ao estipulado nas tabelas abaixo

GRUPO ÚNICO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA/PREDITIVA E CORRETIVA				
Item	Serviço	Qtde.	Valor unitário	VI. Anual
1	Manutenção Preventiva/Preditiva e corretiva da plataforma vertical da PR/AL	12	R\$ 334,20	R\$ 4.010,40
TOTAL ANUAL (A)				R\$ 4.010,40

MANUTENÇÃO CORRETIVA		
Item	Descrição	VI. anual ¹
2	Materiais (valor máximo para ressarcimento)	R\$ 2.005,20
ESTIMATIVA ANUAL (B)		R\$ 2.005,20

¹ Valor fixo, não pode ser alterado na proposta.

TOTAL ANUAL (A +B)	R\$ 6.015,60
---------------------------	---------------------



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

4.2. Os valores referentes à reposição de materiais foram arbitrados com base na complexidade dos serviços, nas experiências de contratos semelhantes anteriores e nas particularidades do sistema. Esses valores, todavia, são apenas estimativos. A CONTRATANTE não está obrigada a executá-los.

4.3. O valor da estimativa de custo com material para o início do contrato é fixo, obtido com fundamento em percentual do valor máximo anual estimado dos serviços de manutenção preventiva (não do valor anual do contrato) e não pode ser alterado na proposta do licitante.

5 - DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DO MELHOR PREÇO

5.1. Será considerada vencedora a empresa que apresentar o **menor preço por grupo**.

5.2. Em virtude da especificidade do objeto e dos custos relativamente baixos da contratação, não será permitido eventual consórcio de empresa para participar da presente licitação, a fim de não comprometer a prestação dos serviços.

5.3. Ao efetuar suas propostas, os licitantes deverão considerar todos os custos da execução contratual, inclusive as despesas com salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos e contribuições, e todos demais impostos, taxas, fretes e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições para fornecimento dos serviços/materiais.

5.4. A presente contratação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos dos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

6 - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão prestados na Procuradoria da República em Alagoas, localizada na Avenida Juca Sampaio, 1800 – Barro Duro – Maceió/AL.

7 - DA VISTORIA

7.1. É facultado às empresas realizarem vistorias no local onde será executado os serviços, para conhecer todos os dados e identificar claramente as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir na execução do objeto.

7.2. A ausência de vistoria não exime a contratada da responsabilidade pelo fiel cumprimento do objeto, não sendo admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos que venham a dificultar ou a impedir a execução dos serviços.

7.3. O licitante que optar por não fazer a vistoria técnica, assume total responsabilidade por esse fato e não poderá utilizá-lo para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, em conformidade com o disposto no Acórdão TCU nº 1.174/2008-Plenário.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

7.4. Caso opte pela vistoria, a licitante deverá agendar previamente com a PR/AL pelo telefone (82) 2121-1400.

7.5. A vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo III do Edital.

8 - DA EXIGÊNCIA DE ESCRITÓRIO OU OFICINA

8.1. Trinta dias após a assinatura do contrato, a empresa CONTRATADA deverá apresentar declaração expressa de que possui escritório e oficina na cidade de Maceió/AL, dotado de toda a infraestrutura administrativa e técnica permanente, suficiente para apoiar as atividades a serem desenvolvidas, indicando razão social, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail.

8.2. A exigência prevista no item anterior mostra-se imprescindível à adequada execução do objeto contratual, tendo em vista a natureza contínua, técnica e essencial dos serviços de manutenção da plataforma vertical, os quais demandam atendimento célere, disponibilidade imediata de equipe técnica e logística compatível com intervenções emergenciais e corretivas.

8.3. Considerando que o equipamento atende diretamente à acessibilidade e à segurança dos usuários das instalações da Procuradoria da República em Alagoas, eventual indisponibilidade prolongada ou atraso no atendimento de chamados pode comprometer o funcionamento institucional e expor usuários a riscos, especialmente em situações de emergência, como pessoas retidas na cabine.

8.4. A manutenção de estrutura física local, dotada de recursos técnicos e administrativos, assegura maior eficiência na mobilização de profissionais, ferramentas e peças, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a confiabilidade na prestação dos serviços. Ademais, tal exigência guarda pertinência direta com o objeto contratado, não se tratando de requisito meramente formal ou restritivo, mas sim de condição operacional necessária para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aqueles relacionados ao atendimento emergencial.

8.5. Ressalta-se que a exigência não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que admite que a estrutura seja comprovada apenas após a contratação, no prazo estipulado, possibilitando a participação de empresas sediadas em outras localidades, desde que demonstrem capacidade de se estruturar localmente para a execução contratual.

8.6. Dessa forma, a previsão encontra respaldo no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, notadamente no Acórdão TCU nº 1757/2022 - Plenário, que admite a imposição de requisitos dessa natureza quando devidamente justificados



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

como indispensáveis à execução do objeto, evitando-se, assim, restrições indevidas ao caráter competitivo da licitação.

9 - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. As manutenções são classificadas como:

9.1.1. **Preventivas:** Entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a manter os equipamentos funcionando de acordo com as normas técnicas e as condições originais de projeto, ou seja, em perfeito estado de uso, com segurança, confiabilidade e economia, observando especialmente as normas prescritas pela MB 130 – Inspeção Periódica de Elevador e Monta-carga.

9.1.2. A empresa CONTRATADA deverá apresentar um plano de manutenção preventiva com seu respectivo cronograma de execução, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Instrumento Contratual.

9.1.3. Os serviços/verificações/inspeções serão realizados por meio de visitas mensais programadas, de modo que, ao se constatar vulnerabilidades, estas deverão ser sanadas o mais rápido possível, inclusive com trocas de peças, componentes e acessórios que se fizerem necessárias ao adequado funcionamento do equipamento.

9.1.4. Deverão ser fornecidas, instaladas e mantidas afixadas, no interior da cabine da plataforma vertical, placas sinalizadoras contendo nome do fabricante; nome da empresa contratada para realizar a manutenção, com número de telefone para atendimento emergencial; capacidade de carga e de lotação.

9.1.5. Durante as atividades concernentes à manutenção preventiva, a Contratada deverá observar, pelo menos, os procedimentos do PLANO DE MANUTENÇÃO DA FABRICANTE THYSENKRUPP, Anexo do TR.

9.1.6. Caso identifique algumas das situações abaixo especificadas, a CONTRATADA deverá desligar o elevador correspondente e comunicar o fato ao setor de manutenção predial da Contratante:

9.1.6.1. Deficiência na alimentação elétrica do prédio;

9.1.6.2. Falta de aterramento no quadro de força, na casa de máquinas, ou ligações elétricas inadequadas;

9.1.6.3. Cabos de aço com perna rompida;

9.1.6.4. Contrapeso encostado na morma;

9.1.6.5. Situações que comprometam o funcionamento seguro do elevador.

9.1.7. **Corretivas:** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pela plataforma vertical, colocando-a em perfeita



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

condição de uso, compreendendo, nesse caso, ajustes e reparos necessários, com fornecimento das peças de reposição adequadas.

9.1.8. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados quando da verificação, por parte da Contratada ou do Contratante, de mau funcionamento do equipamento.

9.1.9. A Contratada deverá manter:

9.1.9.1. serviço de emergência até, no mínimo, 19 horas, em dias úteis, destinado exclusivamente ao atendimento de chamados para normalização inadiável do funcionamento da plataforma vertical, de forma que seja possível, na ocasião, utilizar materiais e trocar peças de pequeno porte;

9.1.9.2. plantão de emergência de 24 (vinte e quatro) horas diárias, destinado a atender chamados para liberar pessoas presas e para os casos de acidentes, com os recursos disponíveis para tal fim. Para este tipo de chamado (emergência), o prazo máximo de atendimento é de 30 (trinta) minutos.

9.1.10. A necessidade de manutenção corretiva deverá ser registrada em relatório específico, com justificativa técnica, orçamento e descrição do material necessário à correção dos defeitos.

9.1.11. A CONTRATADA somente deverá realizar os serviços de manutenção corretiva após aprovação da Administração da PR/AL.

9.1.12. **Preditiva:** Tem por objetivo observar e monitorar as condições de operação dos equipamentos, o rendimento operacional e outros indicadores da condição operativa das máquinas, a partir dos quais será possível determinar o intervalo máximo entre reparos, melhorando a qualidade do produto.

9.1.13. Algumas manutenções preditivas estão previstas nas rotinas mínimas de manutenção preventiva.

9.1.14. Tais testes, além de outros testes preditivos, deverão ser repetidos caso haja dúvidas nos resultados, nos métodos de coleta de amostras, ou em outros fatores que possam comprometer o resultado das análises, sem ônus para o CONTRATANTE.

9.1.15. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas.

9.1.16. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA.

10 - DAS NORMAS GERAIS DE TRABALHO

10.1. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados no horário das 8 horas às 18 horas, em dias úteis.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

10.2. Em caso de necessidade de paralisação prolongada de equipamento, por prazo superior a 24 horas, a CONTRATADA deverá apresentar por escrito o motivo e informar o tempo necessário para a normalização do funcionamento do equipamento.

10.3. Os serviços que necessitarem paralisar o funcionamento simultâneo de mais de um elevador ao mesmo tempo, deverão ser comunicados com antecedência mínima de 24 horas à CONTRATANTE, a qual poderá, se assim considerar viável, permitir a execução fora do horário do expediente.

10.4. Os funcionários da CONTRATADA deverão trajar fardamento com identificação da empresa, portarem ferramentas e equipamentos individuais de proteção necessários à realização dos serviços.

10.5. Para ingressar no imóvel, os funcionários da empresa deverão se identificar formalmente na recepção da CONTRATANTE e informar os dados cadastrais.

11 - DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS

11.1. A empresa CONTRATADA deverá emitir os seguintes relatórios:

11.1.1. Relatório de Visita Técnica Inicial: decorrente de vistoria técnica inicial. Constitui uma obrigação da CONTRATADA realizar visita no imóvel objeto deste contrato e avaliar o equipamento e sistema que será mantido. No Relatório Técnico de vistoria inicial deverá ser apresentada a situação operacional do equipamento e respectivo sistema. Caso necessário, deverá ser apresentada proposta de ações corretivas para reestabelecimento das condições normais de operação para o componente que não apresente o funcionamento adequado. O Relatório de Visita Técnica Inicial deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, a partir do início da execução dos serviços e deverá ser assinado pelos profissionais responsáveis técnicos pela realização dos serviços de manutenção.

11.1.2. Relatório Técnico Mensal: emitido mensalmente. Deve contemplar todos os itens verificados de forma detalhada, procedimentos utilizados, materiais substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias. Os relatórios técnicos deverão ser entregues ao fiscal do contrato até o quinto dia útil subsequente à realização das intervenções. Deverão ser apresentadas todas as intervenções preventivas e corretivas realizadas, descritas todas as pendências apontando as soluções e conclusão sobre o estado geral de operação do equipamento e sistema.

11.1.3. Relatório Técnico Anual: realizados aproximadamente a cada 12 meses, contados da assinatura do contrato. Deverá conter todos os itens verificados de forma macros, informe de indicadores de desempenho, materiais substituídos de forma consolidada, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias. Os relatórios técnicos deverão ser entregues ao fiscal do contrato até dez dias antes do término do contrato. Deverão ser apresentadas todas as



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

intervenções preventivas e corretivas realizadas, descritas todas as pendências apontando as soluções e conclusão sobre o estado geral de operação do equipamento e sistema.

12 - DOS MATERIAIS EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Na execução dos serviços, deve-se considerar a seguinte classificação dos materiais que venham ser utilizados:

a) **materiais de consumo**: aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: fita isolante (diversas cores), produtos de limpeza e lubrificação, graxa, óleo antirrust, parafusos, porcas e arruelas, anilhas, terminais, solda, abraçadeiras (nylon e ferro), brocas, serra copo, arrebites, buchas de nylon, pregos, cola, fita zebra, conectores, pincéis, estopa, arame galvanizado, materiais de escritório, e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condições de uso, podendo a CONTRATANTE recusar aqueles que não atendam à qualidade exigida.

b) **materiais para reposição**: aqueles utilizados com elevada frequência nos serviços de manutenção, que possuem previsibilidade para estimativa do seu consumo (substituição habitual).

c) **componentes, peças e acessórios**: os demais materiais não previstos nos itens “a” e “b” acima mencionados.

12.2. As propostas das licitantes já devem contemplar os custos com os “materiais de consumo”, cujo fornecimento fica a cargo da CONTRATADA.

12.3. Os materiais de substituição (peças, dispositivos, componentes, etc), antes de serem empregados nos serviços, deverão ser autorizados pela CONTRATANTE.

12.4. A CONTRATADA deverá dispor, em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, de todos os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medição, etc, indispensáveis à execução dos serviços.

12.5. Sempre que solicitado pelo fiscal do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar amostras dos materiais que serão empregados nos serviços.

12.6. Os componentes e peças porventura substituídos deverão ser apresentados à CONTRATANTE e somente poderão ser descartados pela CONTRATADA após autorização do fiscal do contrato.

12.7. Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, com justificativa assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao fiscal do Contrato.

12.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, de boa qualidade, vedada utilização de itens reconicionados ou reaproveitados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

12.9. No caso de fornecedor exclusivo de algum componente, a CONTRATADA deverá apresentar carta de exclusividade.

12.10. Considerando a complexidade dos serviços e as despesas ocorridas em contratos afins anteriores, estima-se que o gasto com materiais de reposição será, em média, de 50% (cinquenta por cento) do valor anual da manutenção preventiva.

12.11. Do fornecimento de materiais de consumo e de equipamentos:

12.11.1. A CONTRATADA deverá arcar com o custo de fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à perfeita execução dos serviços.

12.11.2. A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos (EPs, equipamentos de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, softwares, móveis) e testes/análises indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.

12.11.3. Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários;

12.11.4. Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas da CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

12.11.5. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens, atualizando-a sempre que ocorrer alteração e os identificando de forma a não serem confundidos com os de propriedade da CONTRATANTE.

12.11.6. A retirada de qualquer equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao Gestor do Contrato, promovendo a devolução no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

12.11.7. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração dos aparelhos de medição, teste e análise utilizados na execução de manutenções e elaboração de laudos ou relatórios, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

13 - DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

13.1. Considerando a impossibilidade de prever e adquirir peças, equipamentos e componentes, que demandem reposição imediata na realização dos serviços de manutenção do equipamento, torna-se indispensável contemplar na contratação a possibilidade de fornecimento pela CONTRATADA, mediante pagamento da fatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

emitida pela CONTRATADA, contendo planilha de insumos e composições, de acordo com as bases de preços definidas na presente cláusula.

13.2. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a mobilização para aquisição poderá resultar em prejuízos para a Administração, visto que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, eles podem nunca vir a ser utilizados, ante a descontinuidade de equipamentos antigos e ineficientes.

13.3. Dessa forma, o fornecimento desses materiais deverá ser feito pela CONTRATADA, apenas no momento da utilização, pois dessa forma a relação custo-benefício será justa e compatível com os interesses da Administração Pública.

13.4. Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao fiscal do Contrato.

13.5. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação do fiscal do Contrato.

13.6. Havendo a necessidade de substituições de peças, dispositivos ou quaisquer componentes imprescindíveis ao bom funcionamento do equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o planejamento da intervenção, orçamento prévio formado a partir dos insumos e composições constantes na tabela **SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) para o Estado de Alagoas.

13.7. Caso não exista o insumo ou serviço na tabela SINAPI, poderá ser utilizado o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE, ou o Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO.

13.8. Inexistindo itens nas tabelas acima mencionadas (SINAPI, ORSE, SICRO), a CONTRATADA deverá providenciar, no mínimo, **três orçamentos**, com preços colhidos junto a diferentes fornecedores, sejam em lojas físicas ou virtuais, dentre os quais será escolhido o menor valor.

13.9. Se para compor o número de orçamento mínimo a CONTRATADA utilizar preços obtidos na Internet, deverá informar: endereço do *site*, o CNPJ do vendedor, dia e hora em que foi realizada a consulta, preço do produto e o eventual valor do frete.

13.10. No caso de pesquisa de preços a ser realizada pela fiscalização, a CONTRATADA deverá informar a descrição completa e inequívoca dos materiais a serem adquiridos de forma a permitir a realização da pesquisa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

13.11. Fica facultado à CONTRATANTE proceder por meios próprios a pesquisa de mercado, com vistas à seleção do menor preço.

13.12. Em quaisquer dos casos, a substituição das peças ou execução de serviços só será aprovada após análise crítica da CONTRATANTE acerca dos orçamentos apresentados. Para tanto, a fiscalização deverá conferir os valores informados e, se preciso, juntar novos preços. Valores em dissonância com preços de mercado deverão ser descartados.

13.13. A tabela SINAPI e tabelas subsidiárias (ORSE e SICRO) utilizadas para a remuneração das manutenções corretivas (materiais e serviços) deverão ser aquelas vigentes no momento da elaboração da planilha de custo, em abril/2026.

13.14. Aprovada a substituição, os valores com a aquisição dos materiais e prestação de serviços serão remunerados por ocasião do pagamento dos serviços correspondentes, especificados pela CONTRATADA na fatura, nota fiscal ou em planilha avulsa.

13.15. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

13.16. Quando identificada a necessidade de fornecimento de material de substituição, a CONTRATADA deverá providenciar relatório técnico apresentando justificativa para a necessidade de fornecimento do material, informando o equipamento ou sistema onde ocorrerá a substituição.

13.17. O material apresentado será avaliado pelo CONTRATANTE para conceder o aceite formal do fornecimento.

13.18. O material deverá ser fornecido e aplicado após a manifestação formal da CONTRATANTE.

13.19. Em casos emergenciais, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o fornecimento de materiais e equipamentos de forma imediata, situação em que os prazos indicados serão desconsiderados, devendo tais materiais serem entregues em tempo hábil para contornar a situação de emergência. Após a situação de emergência ser contornada, o(s) fiscal(is) do contrato efetuará(ão) as devidas medições para levantamento dos materiais ou equipamentos utilizados para posterior pagamento à CONTRATADA.

13.20. Caso o material tenha sido adquirido de terceiros, a nota fiscal será emitida pelo fornecedor do material em nome da CONTRATADA.

13.21. Havendo custos adicionais, a exemplo de transporte e tributação, deverão ser apresentados os respectivos comprovantes do efetivo desembolso.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

13.22. Caso a CONTRATADA forneça de estoque próprio, emitirá a respectiva nota fiscal em nome da CONTRATANTE, hipótese em que serão retidos os tributos específicos e legalmente estabelecidos.

13.23. Não serão objeto de pagamento eventuais substituições feitas em razão de negligência, imperícia ou imprudência por parte da CONTRATADA.

13.24. A CONTRATADA deverá informar ao fiscal do Contrato os materiais devidamente empregados.

14 - DA VIGÊNCIA

14.1. O contrato deverá ter vigência de 26 (vinte e seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, observado o limite legal máximo permitido de 52 (cinquenta e dois) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

15 - DA GARANTIA DE PEÇAS E SERVIÇOS

15.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses sobre as peças substituídas, responsabilizando-se por qualquer outra troca necessária durante esse período.

Os serviços de mão de obra têm garantia mínima de 90 (noventa) dias.

16 - DA HABILITAÇÃO

16.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá atender aos requisitos abaixo especificados.

Habilitação jurídica

16.2. Ser pessoa jurídica legalmente constituída (empreendedor individual, sociedade empresária, etc.) por meio de documentos válidos (atos constitutivos) acompanhados de eventuais alterações.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3. Comprovar:

a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Ou, se for o caso, no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

b) Regularidade fiscal perante a:

- b.1) Fazenda Nacional;
- b.2) Fazenda Estadual ou Distrital;
- b.3) Fazenda Municipal.

c) regularidade junto ao FGTS;

d) inexistência de débitos trabalhistas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Qualificação Econômico-Financeira

16.4. Comprovar:

- a) inexistência de processo de falência ou de execução patrimonial;
- b) balanço patrimonial que comprove a boa situação financeira da empresa.

Qualificação Técnica

16.5. A licitante deverá apresentar os documentos abaixo mencionados a fim de comprovar a aptidão para executar os serviços objeto do presente contrato.

16.5.1. DA PESSOA JURÍDICA:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. O documento deve estar no prazo de validade e comprovar habilitação da licitante para executar os serviços;
- b) Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA ou CAU; ou
- c) Atestado de Capacidade Operacional, expedido por órgão público ou empresa privada, comprovando que a licitante: **prestou ou presta serviços de manutenção em plataformas verticais.**
- d) Atestado de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) emitido pelo CREA ou CAU em nome do profissional (nível superior) responsável pelo contrato, no qual conste que executou **serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataformas verticais.**
- e) Comprovação de que os profissionais detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica pertencem ao rol de responsáveis técnicos da empresa. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional. (Acórdão TCU nº 1.450/2022 - Plenário)
- f) Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo no caso de tributos e contribuições das filiais, quando a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede. Os documentos comprovando tal centralização, deverão ser fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

16.5.2. DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

a) Identificação com o nome completo, formação acadêmica de nível superior e qualificação do profissional que irá acompanhar a execução do contrato, devidamente registrados no CREA ou no CAU.

16.5.3. O profissional ou profissionais acima indicados serão os responsáveis técnicos pela execução e acompanhamento dos serviços. A CONTRATADA poderá substituir formalmente os profissionais responsáveis pelo contrato, desde que seja por outros com experiência equivalente ou superior, após aprovação expressa da CONTRATANTE.

16.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

16.5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

16.6. Caso a licitante vencedora seja de outra Unidade da Federação, deverá apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, certidão, declaração ou qualquer outro documento equivalente ("visto"), no qual conste que o CREA/AL ou o CAU/AL está ciente de que a CONTRATADA irá desenvolver suas atividades também no Estado de Alagoas.

16.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas oriundas da contratação, correrão à conta das dotações orçamentárias do MPF/AL, do Plano Interno MBASIC, constante do Orçamento da União para o presente exercício.

18 - DO REAJUSTAMENTO

DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E DA ESTIMATIVA DE CUSTOS COM MATERIAL

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data final do orçamento estimado em abril/2026.

18.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no item 18.1, o CONTRATANTE deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na falta de um índice específico do setor, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a CONTRATADA do início da instrução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

18.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pela CONTRATANTE, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

18.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no item 18.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

18.2.3.1. Em caso de ausência de manifestação da CONTRATADA sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo CONTRATANTE.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

18.8. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

18.9. As tabelas de referência de insumos poderão ser atualizadas, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data final do orçamento estimado em abril/2026 ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros da última atualização anual ocorrida.

18.10. Compete à CONTRATADA solicitar a atualização das tabelas referidas no item 18.9, até a data da prorrogação contratual subsequente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

19 - DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. A CONTRATADA deverá atender os chamados da CONTRATANTE nos prazos máximos abaixo mencionados, contados do recebimento da Ordem de Serviço, da solicitação por e-mail ou de chamado telefônico, conforme o caso:

- a) 48 (quarenta e oito) horas para as manutenções preventivas;
- b) 3 (três) horas para as manutenções corretivas;
- c) 30 (trinta) minutos para liberação de pessoas presas na plataforma vertical;
- d) 3 (três) dias úteis para os demais serviços.

18.2. Caso necessário, a execução dos serviços poderá ser realizada nos dias úteis, feriados e finais de semana, mediante autorização da CONTRATANTE.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

21 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

21.1. Os serviços serão recebidos mediante o disposto no art. 140, da Lei n.º 14.133/2021, ou seja:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

21.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional.

22 - DO PAGAMENTO

22.1. Antes de requerer o pagamento e de emitir a nota fiscal correspondente, a CONTRATADA deverá enviar ao fiscal do contrato:

- a) relatório dos serviços executados, com a pertinente planilha dos custos;
- b) relatório fotográfico, se for o caso, com a indicação sucinta do serviço, data da intervenção e o ambiente ou setor correspondente.

22.2. Após a conferência dos serviços, análise da planilha de custos, dos eventuais ajustes e correções solicitados à CONTRATADA, esta, mediante autorização da CONTRATANTE, poderá proceder à emissão da Nota Fiscal pertinente. No caso de fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá emitir a respectiva nota fiscal de material.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

22.3. O pagamento ocorrerá por meio de Ordem Bancária creditada na conta-corrente da CONTRATADA, emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal.

22.4. Por ocasião do pagamento, a CONTRATANTE verificará se a CONTRATADA mantém as condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, mediante a consulta das seguintes certidões:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

22.5. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

22.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

23 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. É obrigação da CONTRATANTE assegurar o livre acesso aos imóveis objetos do contrato e aos profissionais que realizarão os serviços, quando devidamente identificados, nos horários acordados com a fiscalização.

23.2. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

23.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos após o cumprimento das formalidades legais.

23.4. Analisar as planilhas de custos e indicar eventuais equívocos constatados na formação dos preços.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

23.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no serviço.

23.6. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das especificações deste Termo de Referência.

24 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela gestão da mão de obra, que deverá ser qualificada e dispor dos materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços.

24.2. Apresentar, 30 (trinta) dias após assinado o contrato, declaração expressa de que possui oficina na cidade de Maceió, dotada de toda a infraestrutura administrativa e técnico operacional permanente, suficiente para apoiar as atividades a serem desenvolvidas, indicando razão social, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail.

24.3. Manter plantão de emergência por 24 (vinte e quatro) horas diárias, todos os dias, destinado ao atendimento de eventuais chamados para livrar pessoas retidas em cabines, ou para caso de acidentes, ou outros casos de solução inadiável.

24.4. É obrigação da CONTRATADA responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidente de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao contratante e terceiros.

24.5. Cuidar para que seus empregados designados para a execução dos serviços zelem pelo patrimônio público. Designar preposto com poderes para representá-la formalmente durante a prestação de serviços e em todos os assuntos operacionais e administrativos.

24.5.1. Na nomeação do preposto, a empresa deve indicar todos os canais de comunicação necessários a uma boa e efetiva comunicação com a fiscalização do contrato, tais como: endereço, telefone, whatsapp, *e-mail*, etc.

24.6. Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória;

24.7. Reparar os serviços que se verificarem vícios ou defeitos resultantes de má execução ou uso de material de má qualidade;

24.8. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos, devendo, para tanto, programar a execução do serviço junto com o fiscal do contrato, podendo ser realizado nos finais de semana e feriados;

24.9. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e sujeiras do local de trabalho após a execução do serviço;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

- 24.10. Dar ciência por escrito ao fiscal do contrato sobre qualquer anormalidade verificada na execução do serviço.
- 24.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quaisquer que sejam as atividades relacionadas ao contrato: saúde, segurança, trabalhista, administrativa, tributária, etc.
- 24.12. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.
- 24.13. Fornecer aos empregados uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva.
- 24.14. Arcar com o transporte pessoal e de todo o material necessário à execução do serviço;
- 24.15. Não vincular, sob hipótese nenhuma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela CONTRATANTE.
- 24.16. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos 14 anos;
- 24.17. Atender situações de previstas nos prazos indicados na cláusula 19 - DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS considerando o tempo razoável e condizente com a resolução do problema. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes.
- 24.18. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.
- 24.19. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente.
- 24.20. Manter seus funcionários devidamente identificados com crachás.
- 24.21. Quando as características do serviço assim exigirem, acompanhar, supervisionar e orientar os serviços por meio de engenheiro, com expedição das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), quando necessário.
- 24.22. Responder prontamente às dúvidas, consultas, notificações e demais comunicações feitas pela fiscalização da CONTRATANTE, de acordo com a complexibilidade e disponibilidade das informações, ciência ou esclarecimentos solicitados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

25 - DA FISCALIZAÇÃO

25.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo servidor formalmente designado pela CONTRATANTE nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. No âmbito do MPF, a fiscalização e acompanhamento também seguirá o quanto previsto na Portaria PGR/MPU nº 28/2023.

26 - DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

26.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria PGR/MPU nº 28/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

26.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

26.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

26.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

26.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

26.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, VI);

26.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, II);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

26.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas, determinando prazo para a correção; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, III);

26.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, IV);

26.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, V);

26.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 16, II);

26.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 17, XII);

26.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

26.14.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 16, III);

26.14.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 16, VII);

26.14.3. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor responsável pela formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 16, IV).

26.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações; (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art. 16, V);

26.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

26.17. A execução dos serviços deverá ser sempre acompanhada por servidor designado pela Administração.

26.18. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da empresa em qualquer ocorrência, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento de trabalho.

27 - DAS SANÇÕES

27.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das situações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

27.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

27.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

27.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

27.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

27.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

27.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

27.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

27.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

27.2. Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a prática das infrações acima descritas poderá dar ensejo às seguintes sanções:

27.2.1. Advertência, quando praticada a conduta de dar causa à inexecução parcial injustificada do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

27.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 27.1.2, 27.1.3, 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6 e 27.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

27.2.2.1. A dosimetria do prazo de impedimento de licitar e contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

27.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 27.1.8, 27.1.9, 27.1.10, 27.1.11 e 27.1.12, bem como nos subitens 27.1.2, 27.1.3, 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6 e 27.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

27.2.3.1. A dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

27.2.4. Multa Sancionatória: quando praticadas quaisquer das condutas descritas nos subitens 27.1.1 a 27.1.12.

27.2.4.1. A multa sancionatória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

27.2.4.2. Nas infrações previstas nos subitens 27.1.4 a 27.1.6 e 27.1.8 a 27.1.12, a multa sancionatória, cuja base de cálculo será o valor do contrato ou o orçamento estimado da licitação, conforme o caso, será aplicada no percentual de 1 % (um por cento) a 10 % (dez por cento);

27.2.4.3. Os limites mínimos e máximos acima previstos poderão ser ultrapassados em face da aplicação de outras sanções contratuais.

27.2.4.4. Nas infrações previstas nos subitens 27.1.1 e 14.1.7, a multa sancionatória será calculada no percentual de 1 % (um por cento) a 20 % (vinte por cento), sobre o valor do contrato;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

27.2.4.5. Nas infrações previstas nos subitens 27.1.2 e 27.1.3, a multa sancionatória será calculada no percentual de 5 % (cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

27.3. Conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o contratado também estará sujeito à Multa Moratória pelo atraso injustificado na execução contratual e corresponderá ao percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

27.3.1. No caso de não disponibilizar estabelecimento credenciado nas quantidades e distâncias previstas no termo de referência o valor da multa será de 5% (cinco por cento) do valor mensal total gasto no mês anterior à ocorrência. Em caso de reincidência, a cada mês, será acrescido 5% (cinco por cento) até o limite de 20% (vinte por cento).

27.3.2. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

27.3.3. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

27.3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

27.3.5. No caso do subitem 27.3.4, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

27.3.6. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações previstas nos subitens **27.1.1**, **27.1.2**, **27.1.3** e **27.1.7**.

27.4. Considera-se atraso a entrega dos serviços em data posterior à prevista no contrato ou indicada na respectiva Ordem de Serviço ou cronograma físico-financeiro.

27.5. A apuração das infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos e a aplicação da respectiva penalidade deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999, bem como na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

27.5.1. Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei, de forma proporcional e sem excesso, observados:

27.5.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

27.5.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

27.5.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

27.5.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

27.5.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

27.5.2. No caso de concurso de infrações aplicam-se as sanções de forma cumulada, sendo vedado o uso de institutos penais de concurso de crimes e continuação delitiva.

27.5.2.1. É vedada a remissão a agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição da pena criminal na dosimetria administrativa da sanção.

27.5.2.2. A vedação de aplicação dos institutos penais não impede que a autoridade fundamente a dosimetria em critérios iguais ou semelhantes a agravantes ou atenuantes penais, quando cabíveis ao caso concreto.

27.5.3. A imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, antes da prática da conduta, deverá ser considerada reincidência, aplicável na segunda fase.

27.5.3.1. Considera-se antecedente a sanção imposta por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, que não configure reincidência.

27.5.3.2. Punições extintas há mais de 5 (cinco) anos da prática do ato sob julgamento não poderão ser consideradas agravantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

27.5.3.3. A reincidência específica é agravante com maior peso do que a reincidência genérica.

27.5.3.4. No caso de culpa, seja na sanção antecedente ou no caso em julgamento, a imposição de penalidade anterior poderá agravar a pena.

27.5.4. A dosimetria da sanção será feita em três fases, de forma devidamente motivada.

27.5.5. Na primeira fase de dosimetria, serão considerados a natureza e gravidade da infração e a culpabilidade do infrator.

27.5.5.1. A natureza e gravidade da infração têm relação direta com a conduta ilícita praticada, considerando a graduação progressiva de lesividade aquela utilizada pela Lei nº 14.133/2021, tendo no grau mínimo a infração do art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021, e no grau máximo a prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

27.5.5.2. A culpabilidade é avaliada considerando os seguintes aspectos:

- a) se conduta foi dolosa, culposa ou decorrente de erro inescusável;
- b) as condições que o infrator tinha de conhecer o ilícito; e
- c) as condições que o infrator tinha de comportar-se conforme a lei.

27.5.5.3. Quanto maior a capacidade econômica do infrator, maior a capacidade de agir conforme a lei, salvo prova em contrário do caso concreto.

27.5.5.4. Quanto maior o número de contratos celebrados com a Administração Pública de quaisquer entes federados, maior as condições do infrator de conhecer o ilícito e evitar erros, salvo prova em contrário.

27.5.5.5. Os critérios da primeira fase devem resultar em uma sanção preliminar entre os seguintes parâmetros:

- a) no caso de multa, entre 3% (três por cento) e 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou do orçamento estimado;
- b) no caso de impedimento de licitar e contratar, entre 3 (três) e 18 (dezoito) meses; e
- c) no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, entre 42 (quarenta e dois) e 60 (sessenta) meses.

27.5.5.6. No caso de multa com previsão de limites próprios no contrato, eles devem ser observados para a fixação da pena preliminar, mantendo a proporção do subitem 27.5.5.5, “a”.

27.5.6. Na segunda fase serão considerados:

- a) peculiaridades do caso concreto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

- b) circunstâncias agravantes;
- c) circunstâncias atenuantes; e
- d) danos causados ao CONTRATANTE.

27.5.6.1. Na segunda fase, haverá acréscimos ou decréscimos, em termos fracionários, sobre a sanção preliminar da primeira fase.

27.5.6.2. Nenhuma circunstância pode ser avaliada em duplicidade, em mais de uma fase ou na mesma fase.

27.5.7. As circunstâncias agravantes são, entre outras, aquelas que:

- a) causam atrasos, interrupções ou prejuízos à prestação do serviço de algum setor ou unidade do CONTRATANTE;
- b) redundam na refazimento ou atraso do processo licitatório;
- c) provocam riscos à saúde e à vida das pessoas que trabalham nas dependências do CONTRATANTE;
- d) coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do CONTRATANTE;
- e) restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- f) o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- g) restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e
- h) a CONTRATADA não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

27.5.8. São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

- a) a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;
- b) o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;
- c) a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;
- d) a busca por reparar os danos de forma espontânea;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

- e) a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;
- f) a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;
- g) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e
- h) a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

27.5.9. A autoridade competente deverá considerar a relevância de cada circunstância dentro do contexto da licitação ou do contrato, para graduar o quanto deve ser acrescida ou reduzida a sanção estabelecida na primeira fase.

27.5.9.1. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas na licitação ou no contrato podem determinar percentuais específicos de acréscimo ou decréscimo sobre a sanção estabelecida na primeira fase.

27.5.9.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente na Portaria PGR/MPU nº 178/2023 não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

27.5.10. A terceira fase de aplicação da pena visa fazer a adequação da sanção, estabelecida segundo o procedimento das duas fases anteriores, aos limites estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

27.5.10.1. Na terceira fase a sanção pode ser adequada à proporcionalidade, com acréscimo ou decréscimo, considerando o impacto de outras sanções aplicadas conjuntamente.

28 - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

28.1. A mensuração e o pagamento por resultados são amparados pelo princípio constitucional da eficiência, bem como pelo princípio da economicidade e, ainda, segundo os princípios da legalidade e da moralidade dos gastos públicos.

28.2. A avaliação da qualidade dos serviços será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado.

28.3. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

28.4. A finalidade do IMR é adequar a prestação dos serviços ao paradigma da efetivação de pagamento por resultados, possibilitando à Administração Pública



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

remunerar o fornecedor na medida do cumprimento do nível de serviços pactuado no instrumento, visando, em última análise, à obtenção dos melhores resultados e da máxima qualidade e eficiência na prestação dos serviços, contribuindo para evitar contratações infrutíferas e o dispêndio irregular de recursos públicos.

28.5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) será aplicado da seguinte forma:

28.5.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos.

28.5.2. O descumprimento reiterado do Instrumento de Medição de Resultado poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e Contrato, a rescisão contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

28.5.3. O ajuste de pagamento incidirá sobre o valor dos serviços prestados na unidade correspondente.

28.5.4. Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, o Fiscal do contrato determinará a adequação do pagamento.

Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.

28.5.6. A incidência de desconto pelo IMR não anula a responsabilidade por danos cíveis e criminais, bem como a incidência de penalidades previstas no instrumento contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

28.5.7. Os descontos relativos a cada indicador poderão ser cumulativos.

28.5.8. A ultrapassagem do percentual máximo de desconto e/ou metas mensais poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

28.6. Indicadores de aferição dos resultados:

Indicador 01	Uso de EPI
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: falta de uso de EPI $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Pontuação	X<0,15 = 10 pontos 0,15<X<0,3 = 7 pontos 0,3<X<0,5 = 5 pontos 0,5<X<0,7 = 3 pontos X>0,7 = 0 pontos
Observação	

Indicador 02	Uniforme e Identificação
Finalidade	Garantir que todos os prestadores de serviços estejam com vestimentas adequadas à prestação dos serviços e devidamente identificados, conforme protocolos de segurança das unidades do MPF em Alagoas.
Meta a cumprir	Todos prestadores de serviço com vestimentas adequadas/uniformes e identificados conforme protocolos de segurança.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: vestimenta inadequada e/ou falta de identificação prévia. $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$
Pontuação	X<0,15 = 10 pontos 0,15<X<0,3 = 7 pontos 0,3<X<0,5 = 5 pontos 0,5<X<0,7 = 3 pontos X>0,7 = 0 pontos $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$
Observação	

Indicador 03	Manutenção Preventiva
Finalidade	Garantir a realização das verificações de manutenção preventiva conforme a periodicidade prevista nos planos de manutenção.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Meta a cumprir	Todas as manutenções preventivas realizadas.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de Ocorrências
Pontuação	Sem ocorrências = 30 pontos Uma ocorrência = 0 pontos
Observação	

Indicador 04	Manutenção Corretiva: Cumprimento de prazos
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de manutenção corretiva, realizadas por meio de Ordens de Serviço.
Meta a cumprir	Cumprimento de todos os prazos estabelecidos
Forma de medição	Verificação dos prazos de cumprimento das Ordens de Serviços pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: descumprimento de prazos $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se o descumprimento de eventual prazo vir a gerar perdas ou prejuízos à contratante, serão objeto de apuração de descumprimento contratual.

Indicador 05	Manutenção Corretiva: Horários da prestação dos serviços
Finalidade	Garantir que a prestação do serviço aconteça durante o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	horário de funcionamento das unidades. Excluem-se as OS: urgentes e previamente autorizadas em horário diverso.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados conforme agendamento.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: serviços fora dos horários agendados $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se houver autorização prévia para prestação do serviço fora do horário de funcionamento da unidade, o serviço de que trata a OS não deverá ser computado no cálculo de ocorrências. Ordens de Serviços classificadas como URGENTES não deverão ser computadas no cálculo das ocorrências.

Indicador 06	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço
Finalidade	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, a manutenção das condições originais da edificação (Manutenção do projeto original do equipamento)
Meta a cumprir	Manter as condições originais do equipamento
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: alteração do projeto original



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	$X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 20$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 15$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 10$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Devem ser observados, por exemplo: - Na eventual substituição de peças devem ser utilizadas outras equivalentes.

Indicador 07	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – serviços finalizados
Finalidade	Mitigar o risco de prestação parcial dos serviços, evitando-se que a contratada cumpra as OSs parcialmente.
Meta a cumprir	Nenhuma Ocorrência
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: Serviços Inacabados $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	

Indicador 08	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – Limpeza
Finalidade	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, a limpeza dos ambientes após a finalização de cada serviço, com recolhimento de eventual resto de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	material utilizado.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: ausência de limpeza $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	

Indicador 09	Manutenção Corretiva: Qualidade do Material - Reaproveitamento
Finalidade	Mitigar o risco de realocação de materiais de outros ambientes sem a devida reposição no ambiente em que foi retirado o material.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no Mês: materiais realocados de outros ambientes sem a devida reposição $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Observação	Não deve ser autorizado/realizado o aproveitamento de material de outros ambientes sem a devida reposição.
------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Indicador 10	Manutenção Corretiva: Qualidade do Material
Finalidade	Garantir que sejam utilizados materiais compatíveis ou com características superiores aos utilizados originalmente nas edificações.
Meta a cumprir	Todos os serviços prestados com uso de material compatível aos utilizados originalmente nas edificações.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: materiais diferentes do originalmente utilizados na edificação $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 20$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 15$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 10$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se houver autorização prévia da fiscalização do contrato, o serviço de que trata a OS não será computado no cálculo de ocorrências.

Indicadores	N. de Ocorrências (A)	Total de OSs (B)	$X = A/B$	Faixa de Pontuação	Pontuação
Indicador 01: Uso de EPI				$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

				pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 02: Uniforme e Identificação				$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 03: Manutenção Preventiva		N/A	N/A	Sem ocorrências = 30 pontos Uma ocorrência = 0 pontos	
Indicador 04: Manutenção Corretiva: Cumprimento de prazos				$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 05: Manutenção Corretiva: Horários da prestação dos serviços				$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 06: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço				$X < 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 20$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 15$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 10$ pontos	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

				$X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 07: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – serviços finalizados				$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 08: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – Limpeza				$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 09: Manutenção Corretiva: Qualidade do Material - Reaproveitamento				$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 10: Manutenção Corretiva: Qualidade do Material				$X \leq 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X \leq 0,3 = 20$ pontos $0,3 < X \leq 0,5 = 15$ pontos $0,5 < X \leq 0,7 = 10$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Pontuação Total =					

28.7. Faixas de ajuste no pagamento:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

28.7.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas anteriormente.

28.7.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 200 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação Total do Serviço (Y)	Pontos “indicador 01” + Pontos “indicador 02” + Pontos “indicador 03” + Pontos “indicador 04” + Pontos “indicador 05” + Pontos “indicador 06” + Pontos “indicador 07” + Pontos “indicador 08” + Pontos “indicador 09” + Pontos “indicador 10”
--------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

28.8. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 100 (cem) pontos.

28.9. Serão considerados totalmente em desconformidade com os termos contratuais se inferiores a 60 (sessenta) pontos.

28.10. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Soma de pontos no mês	Fator de Ajuste de nível de serviço	Pagamento devido
Y>170	1,00	100% do previsto
170<Y<140	0,985	98,5% do previsto
140<Y<100	0,97	97% do previsto
Y<100	0,95	95% do previsto
Valor devido na fatura mensal = (valor mensal devido) x (fator de ajuste de nível de serviço)		

28.11. Apuradas as desconformidades será encaminhado à CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

28.12. A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

28.13. O IMR poderá ser revisto durante a vigência contratual desde que esta alteração:

28.13.1. Não implique acréscimo ou redução do valor contratual, além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento) permitidos pelo art. 125, da Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

28.13.2. Não configure descaracterização do objeto contratado.

29 - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

29.1. As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

30 - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

30.1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios exigidos pela legislação pertinente à sustentabilidade ambiental, sobretudo aqueles previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

31 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

31.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na plataforma vertical da PR/AL.

31.2. Os serviços a serem executados abrangem a manutenção preventiva e corretiva da plataforma vertical a ser realizada mensalmente, a fim de garantir as condições adequadas de uso do referido equipamento.

31.3. Nesse caso, a empresa contratada disponibilizará profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços, observando sempre as normas de segurança do trabalho (NBR ISO 9386-1).

31.4. A empresa contratada deverá seguir cronograma de manutenções preventivas/preditivas, estipulado pela PR/AL.

31.5. Caso seja necessária a realização de manutenções corretivas no equipamento, a empresa contratada será remunerada, mediante ressarcimento, de acordo com o valor descrito na Tabela SINAPI.

31.6. Para execução dos serviços corretivos, sempre que necessário, a empresa contratada deverá fornecer peças e outros materiais indispensáveis ao funcionamento adequado do sistema, cujo valor anual será estimado no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

[assinado eletronicamente]

CAIO BARBOSA PORTELA

Analista do MPU/Perito em Engenharia Civil

[assinado eletronicamente]

JHÓSTENES JOSÉ DE S. W. MARTINS

Técnico do MPU/Administração

Coordenadoria de Administração

Assinado com login e senha por LEOPOLDO BARRETO CAVALCANTI, em 01/07/2026 10:32. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 47dbfd62.0272de47.2b351ebe.d0fe8364



ThyssenKrupp Elevadores

**TABELA DE ATIVIDADES DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA
PLATAFORMAS VERTICAIS**
PLATAFORMAS VERTICAIS HIDRÁULICAS
Cód.: **TDISE - 056**

Data: 15-05-2014

Ind.: 0

Pág.: 1/2

ATIVIDADES MENSAS A REALIZAR NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA PLATAFORMA VERTICAL HD

ETAPA	P	ITENS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A REALIZAR MENSALMENTE (VER.,AJU.,LIM.,LUB.)
1	M	1.1. * PAINEL DE OPERAÇÃO	Funcionamento dos comandos sobe/desce e emergência (deve interromper o circuito de funcionamento, quando pressionado botão de emergência). Verificar se há riscos e amassamentos
	T	1.2. PAINÉIS DE ACABAMENTO, FRISOS E PISO.	Verificar se há riscos e amassamentos.
	B	1.3 ILUMINAÇÃO, SUB TETO E VENTILADOR.	Verificar funcionamento da iluminação e ventilador. Limpeza do subteto
	T	1.4 CONJUNTO DE PLACAS INDICATIVAS/NORMATIVAS	Verificar riscos e amassamentos das placas.
	M	1.5. ACELERAÇÃO, DESACELERAÇÃO E NIVELAMENTO.	Observar se há presença ruídos ao longo do percurso e nivelamento esta no máximo 5 mm entre o piso da PV e o pavimento.
2	M	2.1. *PORTA PAVIMENTO, E FECHO ELETROMECANICO.	Condições de funcionamento, amassamentos, furos, vazamentos e empenamentos. Reapertar dobradiças e verificar regulagem da porta
	T	2.2. BOTOEIRA E ETIQUETAS E CHAVE HABILITADORA	Se as botoeiras estão funcionando normalmente. Se existem riscos ou rasgos das etiquetas e se as mesmas estão legíveis. Se a chave está operando e habilitando a o funcionamento da plataforma.
3	T	3.1. * PROTEÇÕES E CONEXÕES (PAINEL FORÇA)	Condições da fiação de força que alimenta o quadro, quanto à isolamento e estado dos condutores. Aterramentos.
	B	3.2. *QUADRO DE COMANDO	REAPERTAR FIAÇÕES EM GERAL. Condições da fiação de força que alimenta o quadro, quanto à isolamento e estado dos condutores. Observar se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação, se apresentarem limpar. Aterramentos.
	M	3.3 *ILUMINAÇÃO EMERGÊNCIA	Para verificar: primeiro desligue os Disjuntores (DCA e DCC) para a Plataforma. Depois abra a porta de pavimento da Plataforma para verificar o funcionamento da iluminação de emergência. Acione novamente o botão de alarme. Após confirmar retorne a casa de máquinas e ligue os Disjuntores (DCA/DCC) do Quadro de Comando.
	M	3.4 UNIDADE HIDRÁULICA	Inspeccionar o estado geral do Motor, pois não pode haver aquecimento excessivo, oscilações de trabalho, nem alteração da Corrente Elétrica durante o percurso da Plataforma. Efetuar a Limpeza da Unidade Hidráulica com Pincel Seco.
4	M	4.1. TETO ESTRUTURA (CABINA ALTA)	Se há presença de oxidação e vibração excessiva da estrutura durante deslocamento do carro da Plataforma.
	M	4.2. VEDAÇÃO (SE AO TEMPO)	Se o telhado não está amassado, riscado ou oxidado. Se todas as junções externas, estão siliconadas. Se os quadros enclausuramento /perfis não estão amassados, empenados, riscados ou oxidados.
5	M	5.1. * LIMITE DE PARADA SUPERIOR	Verificar se existe acionamento pela rampa
	M	5.2. CABO DE MANOBRA E FIAÇÕES	Verificar integridade e fixação
	M	5.3. CORREDIÇAS CABEÇOTE SUPERIOR, SUSPENSÃO CABOS E SENSORES.	Verificar se a folga da corrediça está dentro do limite máximo de 2 mm. Conferir as fixações do Cabeçote, fixação e posicionamento dos sensores magnéticos. <i>Se os Cabos estiverem com arames rompidos devemos proceder conforme Cetec 931.</i>
	M	5.4. GUIAS E SUPORTES	Fazer a limpeza e lubrificação das guias. Verificar fixação roletes carro.
6	M	6.1. ELEMENTOS DA ESTRUTURA INFERIOR DA CABINA	Verificar se há presença de ferrugem ou amassamentos.
	M	6.2. CORREIAS INFERIORES	Verificar se a folga da corrediça está dentro do limite máximo de 2 mm.
	M	6.3. *LIMITE DE PARADA INFERIOR	Verificar se existe acionamento pela rampa
	M	6.4*. APARELHO DE SEGURANÇA	Limpeza do fundo do poço e aparelho de segurança (quando houver). Conferir se as articulações do freio funcionam livremente
		6.5. *VALVULA QUEDA	Verificar se ao ajustar o fluxo da Válvula à mesma regula a velocidade de descida para que fique igual à de subida. Uma vez ao ano testar a válvula de queda conforme procedimento de auditoria.
		6.6. PISTÃO HIDRÁULICO	Verificar se há vazamento óleo e livre movimento. <i>Se houver vibração da PV durante o movimento, devemos realizar sangria pistão.</i>
		6.7. MANGUEIRA HIDRÁULICA	Verificar integridade e conexões.
		6.8. FUNDO DO POÇO	Realizar a Limpeza, conferir se a fiação elétrica está bem acondicionada e verificar a fixação dos cabos de tração.

Executor / Data:

Helder Canelas – 25/02/2014

Revisor / Data:

Cristiano Avila – 13/03/2014

Aprovador / Data:


Luciano Barros – 13/03/2014

Copyright © 2013 ThyssenKruppElevadores S.A.

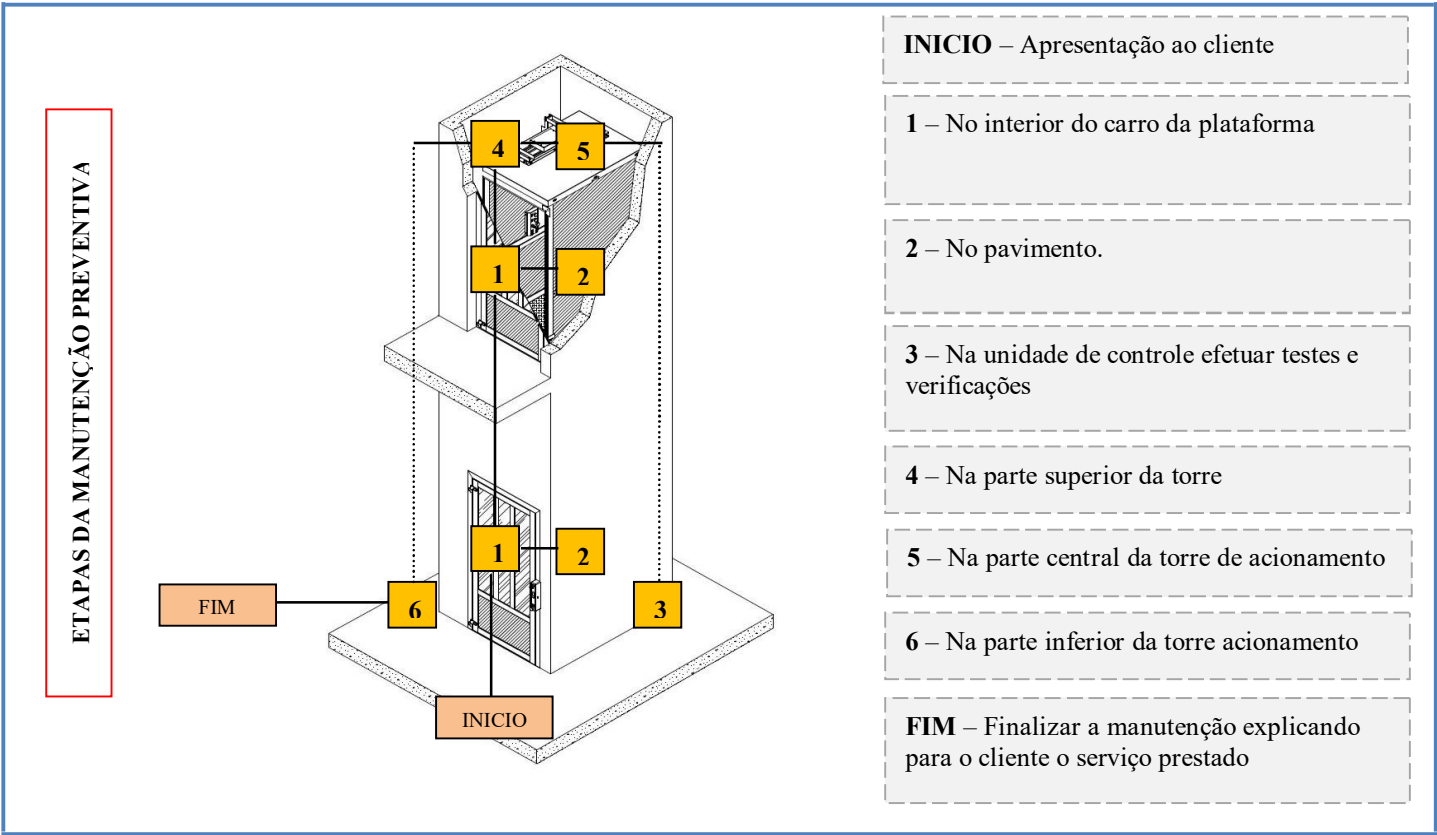
Proibida a reprodução ou divulgação sem consentimento prévio da ThyssenKrupp Elevadores S.A.

* Item de auditoria técnica

 Assinado digitalmente por Helder Canelas em 25/02/2014. Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://www.tratadigital.com.br/validacao>

 ThyssenKrupp ThyssenKrupp Elevadores		TABELA DE ATIVIDADES DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA		Cód.: TDISE – 056
		PLATAFORMAS VERTICAIS HIDRÁULICAS		Data: <u>15-05-2014</u> Ind.: <u>0</u> Pág.: <u>2/2</u>
7	M	7. SOLICITAÇÃO DO CLIENTE E/OU AJUSTE DO EQUIPAMENTO	Verificar junto ao responsável do condomínio se existe alguma anormalidade no elevador. Verificar se existe a necessidade de algum ajuste na plataforma	
DIRIGIDA				
DESLIGAR A PLATAFORMA E NOTIFICAR O CONDOMÍNIO E SUPERVISOR, SEMPRE QUE OCORRER AS SEGUINTE S SITU AÇÕES, QUE NÃO GARANTAM O FUNCIONAMENTO SEGURO DO ELEVADOR.			<ul style="list-style-type: none">Deficiência na alimentação elétrica do condomínio. Falta de aterramento no quadro de força da casa de máquina. Ligações elétricas clandestinas;Cabos de aço com perna rompida;Contra peso encostado na mola;Água no poço.	
Para acompanhamento da manutenção preventiva padrão, consultar: MANUAL CETEC 933 e 955 - MANUAL MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA.				

Sequência a seguir na execução do plano da manutenção preventiva – PLATAFORMA VERTICAL HIDRÁULICA



Assinado digitalmente e registrado no sistema de certificação de documentos eletrônicos do Brasil. Assinado por: Helder Canelas, CN=Helder Canelas, OU=ThyssenKrupp Elevadores, C=Brasil. Assinado por: Cristiano Avila, CN=Cristiano Avila, OU=ThyssenKrupp Elevadores, C=Brasil. Assinado por: Luciano Barros, CN=Luciano Barros, OU=ThyssenKrupp Elevadores, C=Brasil.

Executor / Data:	Revisor / Data:	Aprovador / Data:
Helder Canelas – 25/02/2014	Cristiano Avila – 13/03/2014	Luciano Barros – 13/03/2014

* Item de auditoria técnica



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

O Setor de Engenharia da PR/AL declara que o licitante _____, CNPJ
_____/_____, através do seu Representante Legal
_____, RG _____,
compareceu a este órgão e verificou o objeto do Pregão nº ____/____, tomando
conhecimento das características e condições do objeto a ser entregue.

(Município) _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante do Setor de Engenharia

Declaro ter realizado a vistoria, para participação no certame licitatório, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características do objeto a ser entregue, conforme especificações constantes no Edital de Licitação.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declaro ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Representante da empresa



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PROPOSTA REFERENTE AO AVISO DE
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 01/2026**

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

PROPONENTE: <RAZÃO SOCIAL>..... CNPJ:
TELEFONE: (.....) FAX: (.....)
ENDEREÇO:
CIDADE: ESTADO:
NOME PARA CONTATO:
EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS DO FORNECEDOR

CONTA-CORRENTE: AGÊNCIA Nº:
BANCO:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:
CPF: RG:
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma vertical instalada na Procuradoria da República em Alagoas, com mão de obra, ferramentas e equipamentos incluídos no valor dos serviços, e fornecimento de materiais (peças e componentes) mediante ressarcimento, conforme os termos expressos no Aviso de CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 01/2026 e seus anexos.

2. DECLARAÇÕES:

2.1. DECLARAMOS que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

2.2. DECLARAMOS que nos preços cotados estão inclusos todos os custos necessários para a execução do objeto da presente contratação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto constante da proposta.

2.3. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009 (Atualizada pela Resolução nº 172/2017) – Declaramos, para fins de contratação junto à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.04.2009, atualizada pela Resolução nº 172/2017, de 04.07.2017, do Conselho Nacional do Ministério



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

Público – CNMP, que o quadro societário desta empresa não possui cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Declaramos ainda que não serão prestados serviços por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do órgão contratante do Ministério Público da União, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal, conforme art. 4º da Resolução nº 37, de 28.04.2009, atualizada.

2.4. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins, que a proponente atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução.

2.5. DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL – Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins:

- Não ter sido condenado, o fornecedor ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

2.6. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS, declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins, estarmos familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declaramos ainda que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

2.7. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ULTRAPASSA A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins, que a proponente, no ano-calendário de realização da presente dispensa eletrônica, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, fixada no inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. O PRAZO DE VALIDADE da PROPOSTA de preços é de 60 (sessenta) dias corridos (mínimo), contados da data de abertura da sessão pública.

3.2. Apresentamos nossa proposta de preços com os seguintes valores:

GRUPO 1 - ÚNICO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA/PREDITIVA E CORRETIVA				
Item	Serviço	Qtde (A)	Valor unitário (B)	VI. Anual (A X B)
1	Manutenção preventiva/preditiva e corretiva da plataforma vertical da PR/AL	12	R\$	R\$
TOTAL ANUAL (A)				R\$

MANUTENÇÃO CORRETIVA		
Item	Descrição	VI. anual ¹
2	Materiais (valor máximo para ressarcimento)	R\$ 2.005,20
ESTIMATIVA ANUAL (B)		R\$ 2.005,20

1 ATENÇÃO: o valor do ITEM 2 – Materiais (R\$ 2.005,20) é FIXO e NÃO pode ser alterado na PROPOSTA do licitante.

TOTAL ANUAL (A +B)	R\$
--------------------	-----



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO N ° XX/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS DE
MANUTENÇÃO PREVENTIVA,
CORRETIVA E PREDITIVA DE
PLATAFORMA VERTICAL, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA
REPÚBLICA EM ALAGOAS E A
EMPRESA _____.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS – PR/AL**, sediada na Avenida Juca Sampaio, nº 1800, Barro Duro, Maceió-AL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 26.989.715/0007-06, neste ato representada por seu Secretário Estadual, Senhor ____, matrícula funcional nº ____, nomeado por meio da Portaria nº de ____, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 62, de 29 de maio de 2015, do Exmo. Sr. Procurador-Chefe, doravante designado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa (nome/razão social), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº ____, estabelecida na ____ (rua/avenida), nº ____, cidade de(o) ____, Estado de(o) ____, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a). XXX, em razão do que consta no Processo 1.11.000.000204/2026-59, referente à Dispensa de Licitação nº 01/2026, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma vertical instalada na Procuradoria da República em Alagoas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma vertical instalada na Procuradoria da República em Alagoas, com mão de obra, ferramentas e equipamentos incluídos no valor dos serviços, e fornecimento de materiais (peças e componentes) mediante ressarcimento, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 001/2026 – PR/AL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços serão executados na seguinte unidade do Ministério Público Federal:
 - a) GRUPO 1 - Procuradoria da República em Alagoas - PR/AL, localizada na Avenida Juca Sampaio, nº 1800, Barro Duro, Maceió/AL.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

1. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados, constantes do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.11.000.000204/2026-59, e que independentemente de transcrição fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie:

- 1.1. Aviso de Dispensa Eletrônica nº 01/2026, incluindo todos os seus anexos;
- 1.2. Relatório de Julgamento da Dispensa Eletrônica nº 01/2026;
- 1.3. Proposta final firmada pela CONTRATADA em __/__/2026, contendo os valores dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais especificações constam no Termo de Referência nº 001/2026 – PR/AL, Anexo I da Dispensa Eletrônica nº 01/2026, aprovado pela Secretaria Estadual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 1.1. Assegurar o livre acesso aos imóveis objetos do contrato e aos profissionais que realizarão os serviços, quando devidamente identificados, nos horários acordados com a fiscalização;
- 1.2. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados;
- 1.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos após o cumprimento das formalidades legais;
- 1.4. Analisar as planilhas de custos e indicar eventuais equívocos constatados na formação dos preços;
- 1.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 1.6. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 1.1. Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra, que deverá ser qualificada e dispor dos materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços;
- 1.2. Apresentar, 30 (trinta) dias após assinado o contrato, declaração expressa de que possui oficina na cidade de Maceió, dotada de toda a infraestrutura administrativa e técnico operacional permanente, suficiente para apoiar as atividades a serem desenvolvidas, indicando razão social, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail;
- 1.3. Manter plantão de emergência por 24 (vinte e quatro) horas diárias, todos os dias, destinado ao atendimento de eventuais chamados para livrar pessoas retidas em cabines, ou para caso de acidentes, ou outros casos de solução inadiável;
- 1.4. Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidente de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços, bem como pelos danos pessoais ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

materiais causados por seus empregados ao contratante e terceiros;

1.5. Cuidar para que seus empregados designados para a execução dos serviços zelem pelo patrimônio público;

1.6. Designar preposto com poderes para representá-la formalmente durante a prestação de serviços e em todos os assuntos operacionais e administrativos;

1.6.1. Na nomeação do preposto, a empresa deve indicar todos os canais de comunicação necessários a uma boa e efetiva comunicação com a fiscalização do contrato, tais como: endereço, telefone, whatsapp, e-mail, etc;

1.7. Substituir, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória;

1.8. Reparar os serviços que se verificarem vícios ou defeitos resultantes de má execução ou uso de material de má qualidade;

1.9. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos, devendo, para tanto, programar a execução do serviço junto com o fiscal do contrato, podendo ser realizado nos finais de semana e feriados;

1.10. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e sujeiras do local de trabalho após a execução do serviço;

1.11. Dar ciência por escrito ao fiscal do contrato sobre qualquer anormalidade verificada na execução do serviço;

1.12. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, quaisquer que sejam as atividades relacionadas ao contrato: saúde, segurança, trabalhista, administrativa, tributária, etc;

1.13. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação;

1.14. Fornecer aos empregados uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva;

1.15. Arcar com o transporte pessoal e de todo o material necessário à execução do serviço;

1.16. Não vincular, sob hipótese nenhuma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;

1.17. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos 14 anos;

1.18. Atender situações de previstas nos prazos indicados na cláusula 19 - DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS do Termo de Referência considerando o tempo razoável e condizente com a resolução do problema;

1.19. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;

1.20. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;

1.21. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

1.22. Manter seus funcionários devidamente identificados com crachás;

1.23. Quando as características do serviço assim exigirem, acompanhar, supervisionar e orientar os serviços por meio de engenheiro, com expedição das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), quando necessário;

1.24. Responder prontamente às dúvidas, consultas, notificações e demais comunicações feitas pela fiscalização do CONTRATANTE, de acordo com a complexibilidade e disponibilidade das informações, ciência ou esclarecimentos solicitados;

1.25. Observar as normas legais de segurança que estão sujeitas à atividade CONTRATADA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

1.26. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

1.27. Executar os serviços com pessoal habilitado e devidamente credenciado, instruindo-os a tratar a todos com urbanidade e respeito;

1.28. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021);

1.29. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância total anual estimada de R\$ (....), perfazendo o valor global estimado de R\$ (....), em conformidade com a tabela abaixo:

GRUPO 1 - ÚNICO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA/PREDITIVA E CORRETIVA				
Item	Serviço	Qtde.	Valor unitário	Vi. Anual
1	Manutenção preventiva/preditiva e corretiva da plataforma vertical da PR/AL	12	R\$	R\$
TOTAL ANUAL (A)				R\$

MANUTENÇÃO CORRETIVA		
Item	Descrição	Vi. anual
2	Materiais (valor máximo para ressarcimento)	R\$ 2.005,20
ESTIMATIVA ANUAL (B)		R\$ 2.005,20

TOTAL ANUAL (A + B)	R\$
---------------------	-----

2. Os valores referentes à reposição de materiais foram arbitrados com base na complexidade dos serviços, nas experiências de contratos semelhantes anteriores e nas particularidades do sistema. Esses valores, todavia, são apenas estimativos. O CONTRATANTE não está obrigada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

a executá-los.

3. Antes de requerer o pagamento e de emitir a nota fiscal correspondente, a CONTRATADA deverá enviar ao fiscal do contrato:

- a) relatório dos serviços executados, com a pertinente planilha dos custos;
- b) relatório fotográfico, se for o caso, com a indicação sucinta do serviço, data da intervenção e o ambiente ou setor correspondente.

4. Após a conferência dos serviços, análise da planilha de custos, dos eventuais ajustes e correções solicitados à CONTRATADA, esta, mediante autorização do CONTRATANTE, poderá proceder à emissão da Nota Fiscal pertinente. No caso de fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá emitir a respectiva nota fiscal de material.

5. O pagamento ocorrerá por meio de Ordem Bancária creditada na conta-corrente da CONTRATADA, emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal.

6. Por ocasião do pagamento, o CONTRATANTE verificará se a CONTRATADA mantém as condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, mediante a consulta das seguintes certidões:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

10. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4º, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

11. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme disposto na instrução normativa a que se refere o subitem anterior.

12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

13. Nos preços estão inclusos todos os custos necessários para a execução do objeto da presente contratação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto constante da proposta.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 200093;
- II) Fonte de Recursos: ;
- III) Programa de Trabalho: ;
- IV) Elemento de Despesa: ;
- V) Plano Interno: MBASIC.

3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

4. Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho n.º XX, de XX/XX/2026, no valor inicial de R\$ XX,XX (...).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E DA ESTIMATIVA DE CUSTOS COM MATERIAL

1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data final do orçamento estimado em abril/2026.

2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no item 18.1, o CONTRATANTE deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na falta de um índice específico do setor, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a CONTRATADA do início da instrução.

2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo CONTRATANTE, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no item 2 (IPCA), poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

2.3.1. Em caso de ausência de manifestação da CONTRATADA sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo CONTRATANTE.

3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

8. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

9. As tabelas de referência de insumos poderão ser atualizadas, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data final do orçamento estimado em abril/2026 ou,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros da última atualização anual ocorrida.

10. Compete à CONTRATADA solicitar a atualização das tabelas referidas no item 9 desta cláusula, até a data da prorrogação contratual subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DOS SERVIÇOS

1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses sobre as peças substituídas, responsabilizando-se por qualquer outra troca necessária durante esse período.
3. Os serviços de mão de obra têm garantia mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1. O contrato deverá ter vigência de 26 (vinte e seis) meses, de XX/XX/2026 a XX/XX/202X, podendo ser prorrogado por igual período, observado o limite legal máximo permitido de 52 (cinquenta e dois) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios exigidos pela legislação pertinente à sustentabilidade ambiental, sobretudo aqueles previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.
2. A CONTRATADA deverá ainda observar, no que couber, as seguintes diretrizes de sustentabilidade, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

1. O presente Contrato poderá ser alterado, na ocorrência de quaisquer dos casos previstos nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1. As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, o licitante e o Contratado que, de forma dolosa ou culposa, praticar as condutas arroladas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- 1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- 1.2. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;
- 1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.6. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- 1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a prática das infrações acima descritas poderá dar ensejo às seguintes sanções:

2.1. Advertência, quando praticada a conduta de dar causa à inexecução parcial injustificada do Contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

2.2.1. A dosimetria do prazo de impedimento de licitar e contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12, bem como nos subitens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

2.3.1. A dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

2.4. Multa Sancionatória: quando praticadas quaisquer das condutas descritas nos subitens 1.1 a 1.12.

2.4.1. A multa sancionatória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

2.4.2. Nas infrações previstas nos subitens 1.4 a 1.6 e 1.8 a 1.12, a multa sancionatória, cuja base de cálculo será o valor do Contrato ou o orçamento estimado da licitação, conforme o caso, será aplicada no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento);

2.4.2.1. Os limites mínimos e máximos acima previstos poderão ser ultrapassados em face da aplicação de outras sanções contratuais.

2.4.3. Nas infrações previstas nos subitens 1.1 e 1.7, a multa sancionatória será calculada no percentual de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor do Contrato;

2.4.4. Nas infrações previstas nos subitens 1.2 e 1.3, a multa sancionatória será calculada no percentual de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato.

3. Conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o Contratado também estará sujeito à Multa Moratória pelo atraso injustificado na execução contratual e corresponderá ao percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

3.1. No caso de não disponibilizar estabelecimento credenciado nas quantidades e distâncias previstas no Termo de Referência o valor da multa será de 5% (cinco por cento) do valor mensal total gasto no mês anterior à ocorrência. Em caso de reincidência, a cada mês, será acrescido 5% (cinco por cento) até o limite de 20% (vinte por cento).

3.2. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- c) interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- e) impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

3.3. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do Contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

3.5. No caso do subitem 3.4, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

3.6. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações previstas nos subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.7.

4. Considera-se atraso a entrega dos serviços em data posterior à prevista no Contrato ou indicada na respectiva Ordem de Serviço ou cronograma físico-financeiro.

5. A apuração das infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos e a aplicação da respectiva penalidade deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999, bem como na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

5.1. Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei, de forma proporcional e sem excesso, observados:

- 5.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 5.1.2. As peculiaridades do caso concreto;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

- 5.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 5.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 5.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 5.2. No caso de concurso de infrações aplicam-se as sanções de forma cumulada, sendo vedado o uso de institutos penais de concurso de crimes e continuação delitiva.
- 5.2.1. É vedada a remissão a agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição da pena criminal na dosimetria administrativa da sanção.
- 5.2.2. A vedação de aplicação dos institutos penais não impede que a autoridade fundamente a dosimetria em critérios iguais ou semelhantes a agravantes ou atenuantes penais, quando cabíveis ao caso concreto.
- 5.3. A imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou Contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, antes da prática da conduta, deverá ser considerado reincidência, aplicável na segunda fase.
- 5.3.1. Considera-se antecedente a sanção imposta por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou Contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, que não configure reincidência.
- 5.3.2. Punições extintas há mais de 5 (cinco) anos da prática do ato sob julgamento não poderão ser consideradas agravantes.
- 5.3.3. A reincidência específica é agravante com maior peso do que a reincidência genérica.
- 5.3.4. No caso de culpa, seja na sanção antecedente ou no caso em julgamento, a imposição de penalidade anterior poderá agravar a pena.
- 5.4. A dosimetria da sanção será feita em três fases, de forma devidamente motivada.
- 5.5. Na primeira fase de dosimetria, serão considerados a natureza e gravidade da infração e a culpabilidade do infrator.
- 5.5.1. A natureza e gravidade da infração têm relação direta com a conduta ilícita praticada, considerando a graduação progressiva de lesividade aquela utilizada pela Lei nº 14.133/2021, tendo no grau mínimo a infração do art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021, e no grau máximo a prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.
- 5.5.2. A culpabilidade é avaliada considerando os seguintes aspectos:
- a) se conduta foi dolosa, culposa ou decorrente de erro inescusável;
 - b) as condições que o infrator tinha de conhecer o ilícito; e
 - c) as condições que o infrator tinha de comportar-se conforme a lei.
- 5.5.3. Quanto maior a capacidade econômica do infrator, maior a capacidade de agir conforme a lei, salvo prova em contrário do caso concreto.
- 5.5.4. Quanto maior o número de contratos celebrados com a Administração Pública de quaisquer entes federados, maior as condições do infrator de conhecer o ilícito e evitar erros, salvo prova em contrário.
- 5.5.5. Os critérios da primeira fase devem resultar em uma sanção preliminar entre os seguintes parâmetros:
- a) no caso de multa, entre 3% (três por cento) e 15% (quinze por cento) do valor do Contrato ou do orçamento estimado;
 - b) no caso de impedimento de licitar e contratar, entre 3 (três) e 18 (dezoito) meses; e
 - c) no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, entre 42 (quarenta e dois) e 60 (sessenta) meses.
- 5.5.6. No caso de multa com previsão de limites próprios no Contrato, eles devem ser observados para a fixação da pena preliminar, mantendo a proporção do subitem 5.5.5, "a".
- 5.6. Na segunda fase serão considerados:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

- a) peculiaridades do caso concreto;
- b) circunstâncias agravantes;
- c) circunstâncias atenuantes; e
- d) danos causados ao MPU e à ESMPU.

5.6.1. Na segunda fase, haverá acréscimos ou decréscimos, em termos fracionários, sobre a sanção preliminar da primeira fase.

5.6.2. Nenhuma circunstância pode ser avaliada em duplicidade, em mais de uma fase ou na mesma fase.

5.7. As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no Contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

- a) causam atrasos, interrupções ou prejuízos à prestação do serviço de algum setor ou unidade do CONTRATANTE;
- b) redundam no refazimento ou atraso do processo licitatório;
- c) provocam riscos à saúde e à vida das pessoas que trabalham nas dependências do CONTRATANTE;
- d) colocam em risco o sigilo das informações e dos dados do CONTRATANTE;
- e) restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- f) o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- g) restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e
- h) a CONTRATADA não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

5.8. São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

- a) a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e Contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;
- b) o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;
- c) a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;
- d) a busca por reparar os danos de forma espontânea;
- e) a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;
- f) a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;
- g) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e
- h) a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

5.9. A autoridade competente deverá considerar a relevância de cada circunstância dentro do contexto da licitação ou do Contrato, para graduar o quanto deve ser acrescida ou reduzida a sanção estabelecida na primeira fase.

5.9.1. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas na licitação ou no Contrato podem determinar percentuais específicos de acréscimo ou decréscimo sobre a sanção estabelecida na primeira fase.

5.9.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente na Portaria PGR/MPU nº 178/2023 não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

5.10. A terceira fase de aplicação da pena visa fazer a adequação da sanção, estabelecida segundo o procedimento das duas fases anteriores, aos limites estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

5.10.1. Na terceira fase a sanção pode ser adequada à proporcionalidade, com acréscimo ou decréscimo, considerando o impacto de outras sanções aplicadas conjuntamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

2.1.3. Indenizações e multas.

3. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

4. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, sediada nesta capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes e testemunhas abaixo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

(local e data da assinatura eletrônica)

Nome/cargo do Representante do CONTRATANTE

Nome/cargo do Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Aprovo:

Procurador(a)-Chefe da PR-AL



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

**ANEXO I DO CONTRATO Nº X/2026
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR**

1. A mensuração e o pagamento por resultados são amparados pelo princípio constitucional da eficiência, bem como pelo princípio da economicidade e, ainda, segundo os princípios da legalidade e da moralidade dos gastos públicos.
2. A avaliação da qualidade dos serviços será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado.
3. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
4. A finalidade do IMR é adequar a prestação dos serviços ao paradigma da efetivação de pagamento por resultados, possibilitando à Administração Pública remunerar o fornecedor na medida do cumprimento do nível de serviços pactuado no instrumento, visando, em última análise, à obtenção dos melhores resultados e da máxima qualidade e eficiência na prestação dos serviços, contribuindo para evitar contratações infrutíferas e o dispêndio irregular de recursos públicos.
5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) será aplicado da seguinte forma:
 - 5.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos.
 - 5.2. O descumprimento reiterado do Instrumento de Medição de Resultado poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e Contrato, a rescisão contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
 - 5.3. O ajuste de pagamento incidirá sobre o valor dos serviços prestados na unidade correspondente.
 - 5.4. Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, o Fiscal do contrato determinará a adequação do pagamento. Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.
 - 5.6. A incidência de desconto pelo IMR não anula a responsabilidade por danos cíveis e criminais, bem como a incidência de penalidades previstas no instrumento contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
 - 5.7. Os descontos relativos a cada indicador poderão ser cumulativos.
 - 5.8. A ultrapassagem do percentual máximo de desconto e/ou metas mensais poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
6. Indicadores de aferição dos resultados:

Indicador 01	Uso de EPI
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: falta de uso de EPI $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	X>0,7 = 0 pontos
Observação	

Indicador 02	Uniforme e Identificação
Finalidade	Garantir que todos os prestadores de serviços estejam com vestimentas adequadas à prestação dos serviços e devidamente identificados, conforme protocolos de segurança das unidades do MPF em Alagoas.
Meta a cumprir	Todos prestadores de serviço com vestimentas adequadas/uniformes e identificados conforme protocolos de segurança.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: vestimenta inadequada e/ou falta de identificação prévia. $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$
Pontuação	X<0,15 = 10 pontos 0,15<X<0,3 = 7 pontos 0,3<X<0,5 = 5 pontos 0,5<X<0,7 = 3 pontos X>0,7 = 0 pontos $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviço expedidas no mês})$
Observação	

Indicador 03	Manutenção Preventiva
Finalidade	Garantir a realização das verificações de manutenção preventiva conforme a periodicidade prevista nos planos de manutenção.
Meta a cumprir	Todas as manutenções preventivas realizadas.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de Ocorrências
Pontuação	Sem ocorrências = 30 pontos Uma ocorrência = 0 pontos
Observação	

Indicador 04	Manutenção Corretiva: Cumprimento de prazos
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de manutenção corretiva, realizadas por meio de Ordens de Serviço.
Meta a cumprir	Cumprimento de todos os prazos estabelecidos
Forma de medição	Verificação dos prazos de cumprimento das Ordens de Serviços pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: descumprimento de prazos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	$X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se o descumprimento de eventual prazo vir a gerar perdas ou prejuízos ao contratante, serão objeto de apuração de descumprimento contratual.

Indicador 05	Manutenção Corretiva: Horários da prestação dos serviços
Finalidade	Garantir que a prestação do serviço aconteça durante o horário de funcionamento das unidades. Excluem-se as OS: urgentes e previamente autorizadas em horário diverso.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados conforme agendamento.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: serviços fora dos horários agendados $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se houver autorização prévia para prestação do serviço fora do horário de funcionamento da unidade, o serviço de que trata a OS não deverá ser computado no cálculo de ocorrências. Ordens de Serviços classificadas como URGENTES não deverão ser computadas no cálculo das ocorrências.

Indicador 06	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço
Finalidade	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, a manutenção das condições originais da edificação (Manutenção do projeto original do equipamento)
Meta a cumprir	Manter as condições originais do equipamento
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: alteração do projeto original $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 20$ pontos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

	0,3<X<0,5 = 15 pontos 0,5<X<0,7 = 10 pontos X>0,7 = 0 pontos
Observação	Devem ser observados, por exemplo: - Na eventual substituição de peças devem ser utilizadas outras equivalentes.

Indicador 07	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – serviços finalizados
Finalidade	Mitigar o risco de prestação parcial dos serviços, evitando-se que a contratada cumpra as OSs parcialmente.
Meta a cumprir	Nenhuma Ocorrência
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: Serviços Inacabados $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	X<0,15 = 20 pontos 0,15<X<0,3 = 15 pontos 0,3<X<0,5 = 10 pontos 0,5<X<0,7 = 5 pontos X>0,7 = 0 pontos
Observação	

Indicador 08	Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – Limpeza
Finalidade	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, a limpeza dos ambientes após a finalização de cada serviço, com recolhimento de eventual resto de material utilizado.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: ausência de limpeza $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	X<0,15 = 10 pontos 0,15<X<0,3 = 7 pontos 0,3<X<0,5 = 5 pontos 0,5<X<0,7 = 3 pontos X>0,7 = 0 pontos
Observação	

Indicador 09	Manutenção Corretiva: Qualidade do Material - Reaproveitamento
Finalidade	Mitigar o risco de realocação de materiais de outros ambientes sem a devida reposição no ambiente em que foi retirado o material.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no Mês: materiais realocados de outros ambientes sem a devida reposição $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 20$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 15$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 10$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 5$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Não deve ser autorizado/realizado o aproveitamento de material de outros ambientes sem a devida reposição.

Indicador 10	Manutenção Corretiva: Qualidade do Material
Finalidade	Garantir que sejam utilizados materiais compatíveis ou com características superiores aos utilizados originalmente nas edificações.
Meta a cumprir	Todos os serviços prestados com uso de material compatível aos utilizados originalmente nas edificações.
Forma de medição	Constatação formal pela: Fiscalização Técnica
Periodicidade	Por atendimento de OS, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Percentual de Ocorrências no mês: materiais diferentes do originalmente utilizados na edificação $X = (\text{número de ocorrências}) / (\text{número de Ordens de Serviços expedidas no mês})$
Pontuação	$X < 0,15 = 30$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 20$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 15$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 10$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos
Observação	Se houver autorização prévia da fiscalização do contrato, o serviço de que trata a OS não será computado no cálculo de ocorrências.

Indicadores	N. de Ocorrências (A)	Total de OSs (B)	$X = A/B$	Faixa de Pontuação	Pontuação
Indicador 01: Uso de EPI				$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	
Indicador 02: Uniforme e Identificação				$X < 0,15 = 10$ pontos $0,15 < X < 0,3 = 7$ pontos $0,3 < X < 0,5 = 5$ pontos $0,5 < X < 0,7 = 3$ pontos $X > 0,7 = 0$ pontos	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

Indicador 03: Manutenção Preventiva		N/A	N/A	Sem ocorrências= 30 pontos Uma ocorrência= 0 pontos	
Indicador 04: Manutenção Corretiva: Cumprimento de prazos				X<0,15 = 20 pontos 0,15<X<0,3 = 15 pontos 0,3<X<0,5 = 10 pontos 0,5<X<0,7 = 5 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 05: Manutenção Corretiva: Horários da prestação dos serviços				X<0,15 = 20 pontos 0,15<X<0,3 = 15 pontos 0,3<X<0,5 = 10 pontos 0,5<X<0,7 = 5 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 06: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço				X<0,15 = 30 pontos 0,15<X<0,3 = 20 pontos 0,3<X<0,5 = 15 pontos 0,5<X<0,7 = 10 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 07: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – serviços finalizados				X<0,15 = 20 pontos 0,15<X<0,3 = 15 pontos 0,3<X<0,5 = 10 pontos 0,5<X<0,7 = 5 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 08: Manutenção Corretiva: Qualidade do Serviço – Limpeza				X<0,15 = 10 pontos 0,15<X<0,3 = 7 pontos 0,3<X<0,5 = 5 pontos 0,5<X<0,7 = 3 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 09: Manutenção Corretiva: Qualidade do Material - Reaproveitamento				X<0,15 = 20 pontos 0,15<X<0,3 = 15 pontos 0,3<X<0,5 = 10 pontos 0,5<X<0,7 = 5 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Indicador 10: Manutenção Corretiva: Qualidade do Material				X<0,15 = 30 pontos 0,15<X<0,3 = 20 pontos 0,3<X<0,5 = 15 pontos 0,5<X<0,7 = 10 pontos X>0,7 = 0 pontos	
Pontuação Total =					

7. Faixas de ajuste no pagamento:

7.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas anteriormente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

7.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 200 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação Total do Serviço (Y)	Pontos “indicador 01” + Pontos “indicador 02” + Pontos “indicador 03” + Pontos “indicador 04” + Pontos “indicador 05” + Pontos “indicador 06” + Pontos “indicador 07” + Pontos “indicador 08” + Pontos “indicador 09” + Pontos “indicador 10”
--------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 100 (cem) pontos.
9. Serão considerados totalmente em desconformidade com os termos contratuais se inferiores a 60 (sessenta) pontos.
10. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Soma de pontos no mês	Fator de Ajuste de nível de serviço	Pagamento devido
Y>170	1,00	100% do previsto
170<Y<140	0,985	98,5% do previsto
140<Y<100	0,97	97% do previsto
Y<100	0,95	95% do previsto
Valor devido na fatura mensal = (valor mensal devido) x (fator de ajuste de nível de serviço)		

11. Apuradas as desconformidades será encaminhado à CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.
12. A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.
13. O IMR poderá ser revisto durante a vigência contratual desde que esta alteração:
13.1. Não implique acréscimo ou redução do valor contratual, além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento) permitidos pelo art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Não configure descaracterização do objeto contratado.